PCI Produzir Conservar Incluir

Produto F - RELATÓRIO FINAL
Plano de implementação da Estratégia Produzir, Conservar e Incluir do estado de Mato Grosso

Julho 2017

Preparado por Trama Brasil Consultoria e Projetos

Equipe:

Coordenação: Pedro Leitão

Gerente do Projeto: Camila Monteiro

Equipe Técnica: Alexandre Prado e Carolina Milhorance

Equipe de campo: Carlos Chécoli e Ricardo Woldmar

Assistentes: Adriano Leitão (financeiro) e Luísa Torres (jurídico)

Grupo de aconselhamento: Arnaldo Carneiro, Fabio Scarano, Luiza Muccillo, Marcel Bursztyn, Sarita Albagli e Zander Navarro

Equipe de facilitação das oficinas: Guilherme Ikeda, Luísa Haddad e Joe Selwood (Rever Consulting)

Agradecimentos:

A Trama Brasil agradece ao Diretor Executivo da PCI, Fernando Sampaio, por sua participação ativa em todas as nossas atividades; à coordenadora do IDH no Brasil, Daniela Mariuzzo, bem como aos seus Diretores Lucian Peppelenbos e Daan Wensing; a Cecília Gonçalves Simões, do IPAM, e a Ana Paula Valdiones, do ICV, por suas contribuições na construção e seleção de propostas; a Juliana Lopes, da Amaggi, e a Lucelia Avi, por sua colaboração; à equipe do Gabinete de Assuntos Estratégicos (GAE), incluindo o Secretário Jean Campos, Elaine Corsini e Manoela Padoan Santiago Froes; e a todos os que participaram das oficinas de planejamento, concederam entrevistas e permitiram a participação da nossa equipe em seus eventos, contribuindo com o conteúdo deste Plano. Agradecemos também aos conselheiros e especialistas que acompanharam e orientaram os trabalhos da Trama. Erros são de nossa exclusiva responsabilidade.

Índice

I. Apresentação 5
1. Objetivo do documento 5
2. Antecedentes 5
II. A Estratégia Produzir Conservar Incluir 6
III. Metodologia 8
1. Mapeamento 8
2. Planejamento 9
IV. Considerações 11
V. Próximos Passos 15
VI. Matriz lógica de implementação da Estratégia PCI 17
VII. Sistemática de acompanhamento 27
Indicadores para acompanhamento das ações sistêmicas 28
Anexo 1 – Participantes da Oficina de Planejamento 30
Anexo 2 – Proposta preliminar para mecanismo gerencial e financeiro 33
1. Objetivo 33
2. Descrição 33
Anexo 3 – Incidência das ações sistêmicas propostas sobre as metas da PCI 39
Anexo 4 – Levantamento de iniciativas por ações sistêmicas propostas 40
Anexo 5 – Mapas de Atores 48
Anexo 6 – Propostas adicionais não priorizadas pelos grupos 57

Lista de Figuras

Figura 1 – Fases da consultoria de planejamento da implementação da PCI 5
Figura 2 – Processo de priorização de ações 10
Figura 3 – Lógica temporal de implementação das propostas 11
Figura 4 – Instâncias do sistema de governança 34
Figura 5 – Estrutura atual de governança da PCI 34
Figura 6 – Mecanismo gerencial e financeiro para fortalecer sistema de governança atual 35
Figura 7 – Funções do mecanismo gerencial e financeiro da PCI 35
Figura 8 – Esboço da estrutura mínima do mecanismo gerencial e financeiro 37
Figura 9 – Ecossistema institucional da PCI, por esfera de atuação 49
Figura 10 – Rede de atores em mecanismos de financiamento 50
Figura 11 – Rede de atores em iniciativas de regularização ambiental, restauração e conservação 52
Figura 12 – Rede de atores em iniciativas de governança fundiária 53
Figura 13 – Rede de atores em iniciativas de apoio aos mercados 55
Figura 14 – Rede de atores em iniciativas de produção e difusão de tecnologias e boas práticas 56

I. Apresentação

1. Objetivo do documento

Apresentar o Plano de Implementação 2017-2030 para a Estratégia Produzir, Conservar e Incluir – Estratégia PCI – do estado de Mato Grosso, elaborado pela Trama Brasil Consultoria e Projetos, como parte do contrato firmado com a Iniciativa de Comércio Sustentável (IDH) para desenvolver um plano de ação para o alcance das metas definidas.

2. Antecedentes

A **Trama Brasil Consultoria e Projetos** é uma empresa de pequeno porte, criada para desenvolver soluções individualizadas sobre estratégias de sustentabilidade, planejamento territorial e conservação de recursos naturais; inovação, modelos de negócios, governança, estratégia e gestão institucional; desenho de mecanismos financeiros e mobilização de recursos.

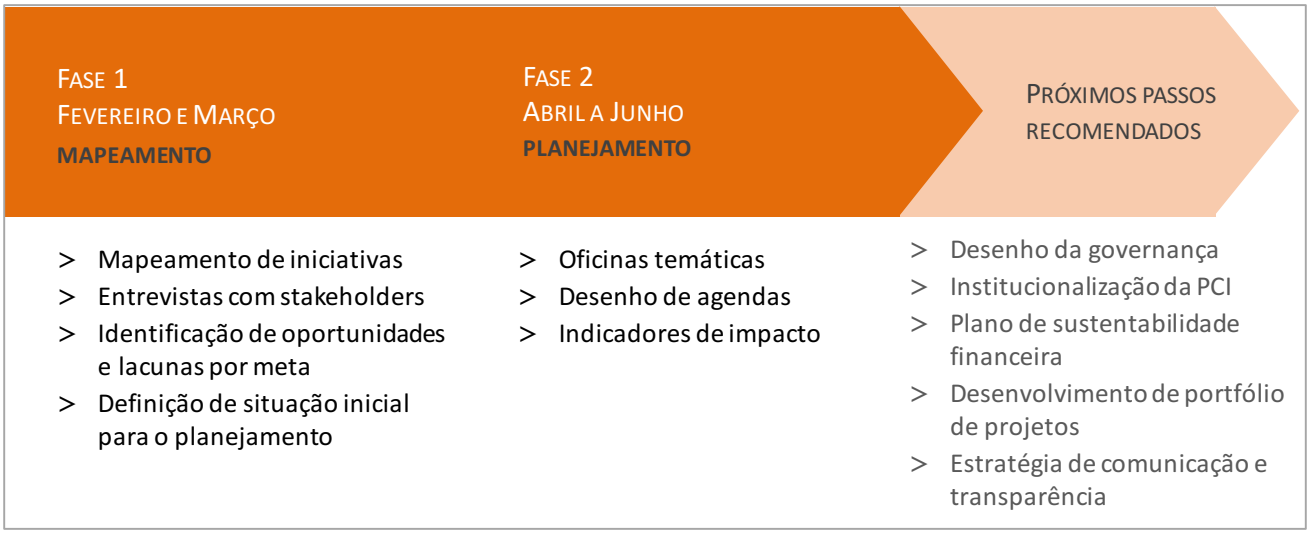
O objetivo do **trabalho contratado pelo IDH junto à Trama** é assessorar as atuais unidades coordenadoras da Estratégia PCI, incluindo a Coordenação dos Eixos, a Secretaria Executiva e o Comitê Estadual, a desenvolver um plano de ação que contribua para o alcance das metas definidas para cada um desses eixos. Para isso foi proposto o seguinte processo de trabalho:

> Realizar um mapeamento das condições atuais da conjuntura estadual para a implantação da Estratégia PCI, envolvendo um levantamento de dados secundários sobre iniciativas em curso estadual e nacionalmente, bem como a realização de entrevistas junto aos principais atores associados aos eixos da Estratégia.

> A partir dos resultados do mapeamento, discutir com a sociedade a situação atual da PCI e construir coletivamente planos de ação que habilitem e agilizem a implementação da Estratégia, considerando seus objetivos e metas.

Além das duas etapas contratadas com a Trama, é reconhecido pelas partes coordenadoras da Estratégia que esforços adicionais, necessários para ampliar as suas condições de exequibilidade, devem ser realizados. Essas tarefas aparecem na Figura 1 abaixo como recomendações para próximos passos.

Figura 1 – Fases da consultoria de planejamento da implementação da PCI



Fonte: Equipe Trama

II. A Estratégia Produzir Conservar Incluir

O estado de Mato Grosso possui 903 mil km^2 de área, dos quais 53% cobertos pelo Bioma Amazônia, 40% pelo Bioma Cerrado e 7% pelo Bioma Pantanal. Seus 141 municípios estão integrados a 22 microrregiões e cinco mesorregiões (norte, nordeste, sudeste, centro-sul e sudoeste).

A população total de Mato Grosso alcançou 3,305 milhões em 2016 (IBGE, 2017). A densidade demográfica estadual é de 3,36 habitantes por km^2, com cerca de 82% da população residindo em espaços urbanos e 18% em espaços rurais.

O Produto Interno Bruto (PIB) mato-grossense alcançou R$ 101,23 bilhões em 2014 e um PIB per capita anual de R$ 31,34 mil (SEPLAN, 2016), com pouco mais de 58% de seu valor gerado em apenas 13 municípios, locais onde a economia superou a cifra de R$ 1 bilhão. Desses 13 municípios, 12 estão localizados no Bioma Cerrado, de forma isolada ou principal. De acordo com o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), o agronegócio representa 50,5% do PIB do estado[1].

Diante desses dados, fica claro que parcela considerável da renda do estado é formada por meio da produção de commodities agropecuárias e de suas interações com setores a montante e a jusante da produção primária. Ao mesmo tempo, o Governo de Mato Grosso estima que 80% dos produtos alimentares consumidos localmente são importados de outros estados, como Goiás e São Paulo.

Mato Grosso conta com uma extensa rede de áreas protegidas que abrangem 104 unidades de conservação (federais, estaduais e municipais), numa área de aproximadamente 54.063 km^2, que representa 6% da área total do estado (SEMA/MT, 2017). Também incidem sobre seu território 77 terras indígenas (homologadas, identificadas, declaradas ou em identificação), que ocupam uma área aproximada de 150.228km^2, correspondendo a cerca de 16,6% da área do estado, com uma população de 43.139 habitantes (ISA, 2017).

O contexto de complexidade na economia, na sociedade e na forma de ocupação do território e da paisagem coloca o desafio de conceber e coordenar políticas públicas que correspondam e integrem os diversos e, por vezes, conflitantes interesses da sociedade local, incluindo o agronegócio, o ambientalismo, os agricultores familiares e os povos e comunidades tradicionais.

Para o agronegócio do Mato Grosso, importante exportador de commodities, torna-se cada vez mais clara a existência de desafios de escala mundial resultantes da associação entre rápido crescimento populacional e intensa degradação de recursos naturais, agravada por imprevistos efeitos das mudanças climáticas como alteração no ciclo hidrológico e na distribuição das chuvas. Diante dos riscos resultantes dessa combinação de fatores sociais, econômicos e naturais, crescem em certas sociedades, principalmente naquelas mais informadas e ativas, exigências sobre seus mercados fornecedores para a adoção de práticas produtivas cada vez menos impactantes sobre o meio ambiente e mais orientadas por boas práticas sociais. Na medida em que a maior parte da produção em Mato Grosso é exportada para esses mercados, a conformidade da sua produção com tais exigências tem se mostrado imperativa. Vê-se, portanto, a necessidade de uma estratégia que estimule a adaptação do agronegócio às condições e exigências de um novo mercado consumidor e que, consequentemente, reduza os riscos decorrentes da degradação dos recursos naturais, e principalmente, ajude a combater as causas das mudanças climáticas.

---

[1] http://www.mt.gov.br/economia

Para o ambientalismo, o foco de seus interesses está associado à extensão e à diversidade de ambientes e recursos naturais localizados no território do Mato Grosso, que ocupa parte dos principais biomas do país e que possui importantes reservas florestais. Além de proporcionar elevada biodiversidade, seus recursos naturais garantem segurança climática e hídrica. Os esforços de conservação desse patrimônio visam garantir a manutenção e valorização dos serviços ecossistêmicos por ele oferecidos, tanto para a sociedade, na forma de garantias de qualidade de vida, quanto para o sistema produtivo, principalmente agrário, dependente de água, solo, nutrientes e outros serviços. É, portanto, de interesse comum da comunidade ambientalista e do setor produtivo, a implementação de políticas públicas visando garantir a manutenção dos serviços ecossistêmicos, como o cumprimento da legislação florestal, e o combate ao desmatamento ilegal.

Para os **agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais**, é importante a implementação de políticas públicas que criem oportunidades para a sua inserção socioeconômica, ampliando a produção da agricultura familiar para atender a demanda do mercado interno de alimentos, promovendo geração de renda e circulação de riqueza em circuitos locais e internacionais, além de incluir sua integração em cadeias produtivas de maior valor agregado. Estas oportunidades poderiam ser alcançadas por meio da abertura tanto de mercados quanto de nichos específicos para a agricultura familiar e para produtos da sociobiodiversidade. Cabe também considerar a possibilidade de remuneração pelos serviços prestados por grupos sociais cuja atividade contribui para a manutenção das condições naturais que garantem serviços ambientais de importância para toda a sociedade e economia, como a floresta em pé e os recursos hídricos dela resultantes.

A partir da explicitação dos interesses dos atores sociais e econômicos do Mato Grosso é possível observar a possibilidade de construção de uma agenda de convergência de interesses, baseada no fortalecimento da interdependência entre elas. Para estimular essa construção é importante apontar os riscos e custos decorrentes de uma eventual inação, isto é, da falta dessa integração e, ao mesmo tempo, demonstrar as vantagens e oportunidades geradas pela construção de agendas de interesse comum.

Com essa motivação, foi formulada **a Estratégia PCI - Produzir, Conservar e Incluir**, lançada em dezembro de 2015 na Conferência das Partes (COP 21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, da sigla em inglês). Essa Estratégia visa atrair investimentos e construir mecanismos para aumentar a produção agropecuária, garantir a conservação e a restauração florestal, inclusive o desmatamento ilegal zero, e promover a inclusão sócio produtiva da agricultura familiar, pretendendo até 2030 promover:

> a redução de emissões de 6 Gton CO2eq - considerando a redução de emissões de desmatamento e a remoção de carbono via incremento de estoque de carbono
> a regularização ambiental atendendo assim ao Código Florestal em 100% das propriedades rurais do Estado e
> a inclusão sócio produtiva de 100.000 agricultores familiares

Para tanto são necessários **investimentos** estimados da ordem de R$ 39 bilhões (segundo o documento de lançamento da Estratégia PCI na COP 21). A Estratégia PCI definiu um **conjunto de metas** que, se atingidas, pretendem consolidar em seu território uma economia estadual robusta, de baixa emissão de carbono, aliada à conservação ambiental e à equidade social, contribuindo para mitigação e adaptação às mudanças climáticas em todos os níveis. Trata-se de uma estratégia inovadora por promover uma agenda positiva que permita a articulação de agendas e de atores distintos. Além disso, ela se baseia em uma abordagem jurisdicional da sustentabilidade, que visa promover a transição para o desenvolvimento sustentável em toda uma área político-geográfica.

Tal abordagem propõe a gestão integrada da paisagem em limites políticos relevantes, como o próprio estado, incluindo uma série de atividades, sistemas de produção, ecossistemas e atores e facilitando o envolvimento governamental[2].

É neste contexto que a Estratégia PCI ganha importância, por ter o potencial de transformar-se em uma plataforma de ação envolvendo todos os setores do estado em prol de uma agenda pública compartilhada de desenvolvimento sustentável, com um modelo de governança multissetorial efetiva, metas acordadas, e uma lógica de intervenção orientada para resultados, cuja implementação poderá ser monitorada e avaliada. Por seu foco em produção de baixo carbono, com o cumprimento da legislação ambiental e a inclusão produtiva, a Estratégia PCI está naturalmente vinculada à implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada – NDC – do Brasil ao Acordo de Paris. Este vínculo deverá ser fortalecido, pois poderá significar acesso a importantes recursos financeiros nacionais e internacionais relacionados à agenda de clima, além de parcerias para apoio técnico e político.

III. METODOLOGIA

1. Mapeamento

No primeiro trimestre de 2017, um primeiro levantamento das condições de execução da Estratégia PCI foi realizado com base nos seguintes procedimentos: interação direta com agentes e atores relevantes; utilização de metodologias participativas, de escuta e registro de opiniões; construção de um panorama e de análise das convergências e divergências de ações em curso, que permitisse avançar rumo ao esboço de uma agenda tendencial; e busca de temas transversais que permitissem visualizar soluções comuns para desobstaculizar, integrar e harmonizar os eixos Produzir, Conservar e Incluir da Estratégia.

De acordo com esse programa, foram realizados um levantamento de dados secundários e um conjunto de entrevistas com membros do Comitê da PCI e outras instituições interessadas (cerca de 50 instituições). Além disso, a equipe da Trama participou de reuniões e eventos em Brasília, Cuiabá e outras regiões do estado, num total de 10 encontros. Os resultados desse esforço permitiram a construção de uma base de dados com o registro de **204 iniciativas, implementadas, co-executadas ou financiadas por 381 instituições públicas ou privadas[3],** além de terem contribuído para identificar um conjunto de contribuições já em curso, bem como de obstáculos vigentes, para o alcance das metas da PCI. Ambos conjuntos que já sugeriam o esboço preliminar de uma agenda de objetivos para a Estratégia.

No entanto, dois foram os resultados principais deste mapeamento: o primeiro deles foi a **identificação de cinco temas-chave** detalhados neste relatório[4], que impactam de maneira

---

[2] Earth Innovation Institute: <http://earthinnovation.org/publications/sustentabilidade-jurisdicional-cartilha-para-usuarios/?lang=pt-br>. Acesso junho/2017.

[3] Produto B, entregue pela Trama ao IDH em 13/04/17, que foi revisado e entregue novamente junto a este relatório final (Produto F).

[4] No primeiro relatório da Trama (Produto C, D e E) foram considerados 6 temas-chave, mas dois temas relativos a mercados foram agrupados neste produto final. No primeiro relatório há uma análise mais aprofundada sobre cada um dos temas, contendo uma análise das iniciativas em Mato Grosso vinculadas a cada tema, os atores, os principais entraves e os desafios para sua escalabilidade orientada às metas.

transversal e que condicionam o alcance das metas da PCI, cuja natureza tem a possibilidade de alavancar agendas de interesse comum entre diferentes atores e de desbloquear gargalos institucionais considerados importantes para o desenvolvimento da Estratégia. Estes temas-chave constituíram o conteúdo básico da análise, discussão e priorização de ações relevantes para o alcance das metas da Estratégia. Estes temas-chave são:

> Tema 1: Mecanismos de Financiamento
> Tema 2: Regularização Ambiental, Restauração Florestal e Combate ao Desmatamento
> Tema 3: Regularização Fundiária
> Tema 4: Mercados Regionais e Internacionais
> Tema 5: Produção e Difusão de Tecnologias e Boas Práticas

O outro resultado obtido por este esforço de consulta e interação com a maioria dos principais atores da PCI foi a ampliação do entendimento sobre os objetivos e a importância da PCI, tendo como consequência um aumento do interesse em se aprofundar e se engajar no estabelecimento da governança e na implementação da Estratégia.

2. Planejamento

Em uma segunda etapa, após o mapeamento de iniciativas e identificação dos temas-chave, foi levantado um conjunto de propostas relacionadas a cada um desses temas. Esse rol de propostas resultou da sistematização de informações produzidas em muitas reuniões de trabalho e publicadas em vários documentos produzidos por diferentes grupos associados ao governo, à economia e aos movimentos ambientalista e social. Nesse levantamento foram consideradas e avaliadas cerca de **160 propostas**, retiradas de um conjunto selecionado das fontes acima mencionadas[5].

Com este conjunto sistematizado de informações, foi realizada uma reunião de trabalho com especialistas nos eixos Produzir, Conservar e Incluir[6], nos dias 2 e 3 de maio de 2017 em Brasília, visando validar os temas-chave, bem como ordenar e integrar as propostas identificadas. Foram observadas duplicidades, complementaridades, sinergias e, principalmente, o valor intrínseco do seu conteúdo para o alcance das metas da Estratégia PCI, resultando desse trabalho uma lista reduzida de **70 propostas**.

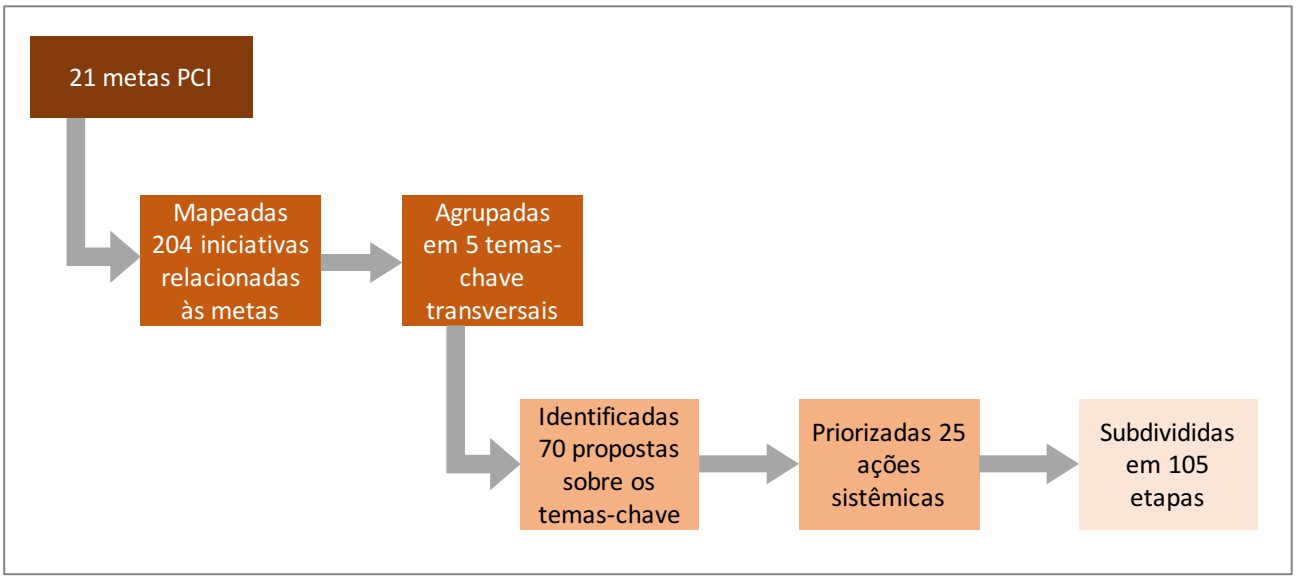
Este exercício foi realizado com o objetivo sistematizar e limitar o espectro possível de ações que poderiam compor uma agenda para a PCI, reduzindo o número e, ao mesmo tempo, garantindo a qualidade essencial de cada proposta. Com isso buscou-se produzir um plano de trabalho exequível e relevante para a PCI, em número e qualidade de ações. A lógica seguida nesse exercício pode ser visualizada na Figura 2 a seguir.

---

[5] Atas dos workshops da PCI de Conservação, do eixo Incluir e de Restauração, Programa Municípios Sustentáveis, Fórum Agro - Propostas ao plano agrícola e pecuário 2017/18, Carta Aberta ao Ministro do Meio Ambiente e ao Governador do Estado de Mato Grosso, PEAF – Programa Estadual de Agricultura Familiar, documento preliminar da versão revisada do PPCDQ/MT, Plano ABC/MT, Carta de Palmas, documento do Programa Terra a Limpo, Ofício 009/2017 do Formad, discussões preliminares do grupo de trabalho de repartição de benefícios do projeto REM/KfW e entrevistas feitas pela equipe Trama.

[6] Foram convidados para esta reunião membros do grupo de coordenação do Comitê (chamado G7). Além da equipe da Trama, participaram: Ana Paula Valdiones, André Nassar, Arnaldo Carneiro, Cecilia Gonçalves Simões, Fernando Sampaio, Monika Röper (consultora do KfW para o Projeto REM somente na tarde do 2º dia) e Zander Navarro.

Figura 2 – Processo de priorização de ações



Fonte: Equipe Trama

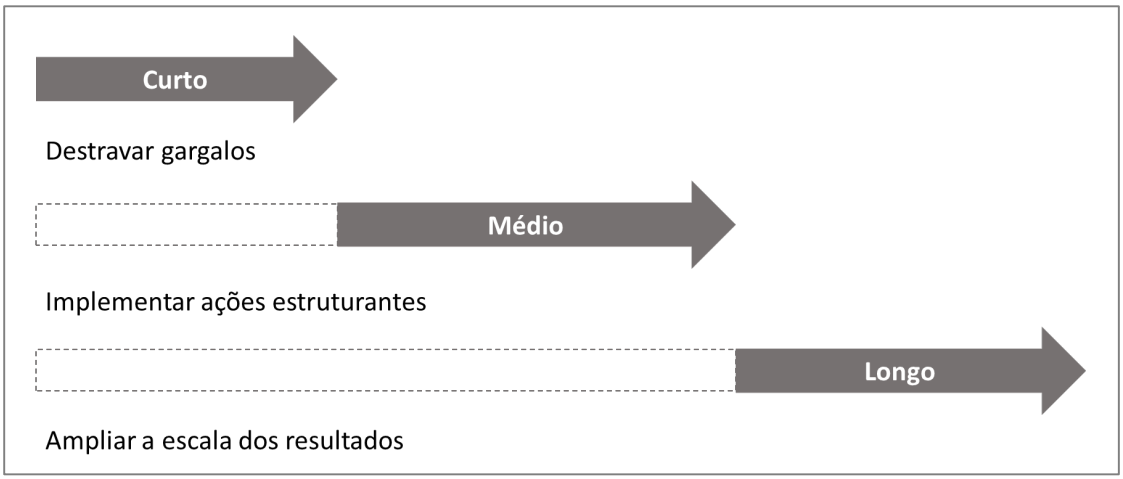
Finalmente, para rever e ratificar o resultado do trabalho até então realizado de definição das ações prioritárias para a implementação da PCI, foi realizada uma oficina em Cuiabá nos dias 23 e 24 de maio de 2017, com 81 representações expressivas de organizações que participam do Comitê Executivo da PCI, além de convidados de todos os setores, listados no Anexo 1 – Participantes da Oficina de Planejamento**.** Esta oficina teve apoio de uma equipe de moderadores que, por meio de um processo participativo de engajamento, coordenou uma dinâmica de construção coletiva com os participantes divididos em seis grupos de trabalho, todos compostos por representantes de diferentes setores da sociedade, reforçando o caráter multissetorial e colaborativo do processo. A oficina de planejamento visou:

> validar os temas-chave transversais e colher opiniões sobre potenciais temas adicionais
> propor melhorias e inclusão de propostas de ação relevantes para preencher os gargalos existentes para a implementação da PCI
> priorizar as propostas e ordená-las numa lógica temporal e sequencial de implementação

Da dinâmica de trabalho realizada nesta oficina, inicialmente, resultou um novo conjunto de propostas que, após revisão e priorização pelos grupos de trabalho, foram agrupadas em **25 ações sistêmicas.** Estas se desdobraram em **105 etapas** que permitem avançar os temas-chave transversais, garantindo que operem como fatores habilitadores das metas da PCI. As 105 etapas priorizadas constituem a essência do programa de ação da Estratégia PCI para os próximos anos, segundo as 81 pessoas que representam a maioria das instituições interessadas na estratégia, bem como os membros do seu Comitê Executivo. Este resultado está detalhado abaixo na sessão VI Matriz lógica de implementação da Estratégia PCI.

Ainda como parte da agenda de trabalho dessa oficina, buscou-se estabelecer um sequenciamento lógico-temporal entre as atividades ou etapas priorizadas, tendo como horizonte o ano de 2030. Para isso, visou-se identificar, num primeiro momento, as propostas que, caso implementadas, poderiam **destravar gargalos** no curto prazo, criando condições para a implementação de **ações estruturantes** no médio prazo que, por sua vez, permitirão ganhos de **escala** no longo prazo, como ilustrado na Figura 3.

Figura 3 – Lógica temporal de implementação das propostas



Fonte: Resultado da reunião de trabalho dos dias 2 e 3 de maio em Brasília.

As ações sistêmicas priorizadas na fase de Planejamento requerem o envolvimento e responsabilização compartilhada entre os setores público e privado e ao longo das diferentes etapas necessárias para sua concretização. A especificação das responsabilidades de cada agente envolvido ou interessado na PCI resultará de um permanente e ativo exercício de governança praticado no âmbito político da Estratégia.

IV. Considerações

O processo de planejamento adotado produziu bases de dados sobre iniciativas em andamento e propostas de ação ratificadas, recomendadas e classificadas pelos temas-chave, que são informações valiosas se disponibilizadas ágil e amplamente e, mais importante, se usadas para orientar a implementação da Estratégia. Produziu também propostas de ação que foram discutidas e priorizadas em processos participativos com os grupos de interesse da PCI, contendo, portanto, um elevado grau de representatividade e legitimidade. Além da informação produzida e das propostas priorizadas, o processo de planejamento contribuiu para manter e reforçar o engajamento das instituições envolvidas no Comitê da PCI, além de atrair outros atores.

Estes resultados são apresentados em maior detalhe no conjunto de anexos que complementa esta parte do relatório, dedicada a apresentar uma narrativa mais geral do trabalho realizado. Os anexos explicitam aspectos específicos desta narrativa. Mais abaixo, faz-se uma apresentação sumária de cada um desses anexos. No entanto, antes de concluir esta introdução, é necessário chamar atenção para a dimensão politico-institucional do contexto no qual se encontra a Estratégia PCI.

Conversas foram conduzidas junto a grupos que compõem o Comitê Executivo da Estratégia e atores interessados sobre essas condições, daí resultando as seguintes considerações:

> As iniciativas relacionadas aos temas da Estratégia PCI, identificadas no mapeamento, estão em andamento, independentemente da existência de uma estrutura gerencial e financeira específica para este fim que coordene o conjunto dessas atividades. Estas ocorrem por força de suas dinâmicas próprias. No entanto, sua efetividade seria potencializada, caso fossem coordenadas.

> Verifica-se a necessidade de desenvolver uma iniciativa de informação e comunicação para promover maior sensibilização e engajamento dos diversos níveis de governo e do público

em geral sobre a existência, objetivos e funcionamento da PCI. Ainda há muito desconhecimento sobre a Estratégia, inclusive dentro do setor público.

> Faz-se necessário trabalhar a busca de consenso mínimo sobre temas específicos sobre os quais diferentes atores envolvidos na PCI têm posições ideológica e programaticamente divergentes. É preciso alcançar consentimento em torno de pontos de interesse comum, que facilitem convergências que façam avançar a agenda da Estratégia. Daí a importância de se propor ações em torno de uma agenda positiva.

> Há a necessidade de reforçar ambiente de confiança nas possibilidades e benefícios da Estratégia PCI, recuperando o interesse vivido no momento de seu lançamento em 2015 e orientando esse apoio para dar condições efetivas de atuação à Diretoria Executiva, contratada no final de 2016.

> Para tanto, é fundamental criar uma estrutura gerencial e financeira para facilitar a mobilização e gestão de recursos adicionais, a integração de ações e atores e para dar continuidade à Estratégia no longo prazo.

> Como condição para atrair recursos estratégicos para a PCI é importante definir, concretizar e dar visibilidade a ações e investimentos do estado para o alcance das metas da Estratégia, de maneira a estimular o interesse de doadores que requerem investimentos públicos como contrapartida.

A partir dessas percepções, a Trama produziu uma proposta preliminar de estrutura político-institucional-financeira para a governança e gestão da Estratégia PCI que foi apresentada para representantes do governo estadual[7] e está resumida no Anexo 2 – Proposta preliminar para mecanismo gerencial e financeiro.

Essa proposta, além de sugerir um instrumento de gestão da execução da PCI, busca também responder à expectativa de engajamento político dos principais atores envolvidos ou interessados na PCI ao abrir espaço para uma governança multissetorial e autônoma. Este engajamento é essencial para que o que aqui se propõe possa ter êxito, já que as ações priorizadas e descritas neste plano requerem a ação tanto do poder público, por meio das secretarias de estado, prefeituras e agências, quanto do setor privado, incluindo os setores produtivos, as organizações não governamentais e os agentes de financiamento.

O Anexo 3 evidencia como as ações sistêmicas incidem sobre as 21 metas da PCI, mostrando que todas as agendas se beneficiam de avanços nos temas transversais.

Já o Anexo 4, lista, em relação a cada ação sistêmica, as iniciativas em andamento levantadas na fase de mapeamento. Estes cruzamentos buscam colocar o Plano de Implementação da PCI em conexão direta com a realidade atual do estado, para facilitar que as etapas sugeridas sejam realizadas de forma integrada com o que já está sendo implementado hoje pelos diferentes atores. O mapeamento de atores envolvidos em tais iniciativas revela um universo institucional abrangente e disperso, onde o papel de articulação da PCI poderia potencializar sinergias existentes. A análise dos mapas de atores segundo os 5 temas-chave está no Anexo 5, que deve ser utilizado pela coordenação da PCI para identificar os parceiros para colocar em prática as diferentes ações propostas.

---

[7] Sr. Ricardo Tomczyk (Secretário de Desenvolvimento Econômico), Sr. André Torres Baby (Secretário Executivo da SEMA), Sr. Suelme Evangelista Fernandes (Secretário de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários), Sr. Vinicius Saragiotto (Secretário Adjunto Executivo da Secretaria da Fazenda), Sra. Rita Chiletto (Assessora de Assuntos Internacionais do Governo).

Ao analisar as etapas, ações e resultados previstos no Plano de Implementação, fica claro que a plataforma PCI, hoje representada por sua Secretaria Executiva e Comitê, não tem perfil de execução, mas sim de articulação, fomento e difusão. O fortalecimento desta plataforma, dando-lhe condições para operar como um mecanismo gerencial e financeiro, permitiria o exercício das seguintes funções:

1. Articular atores relevantes e representativos para a Estratégia, por meio de um sistema de governança participativo, com mecanismos de controle e transparência
2. Produzir inteligência, definir estratégias e gerir conhecimento sobre os temas relevantes para as metas da PCI
3. Captar e administrar recursos complementares para apoiar agendas estratégicas, que alavanquem novos investimentos
4. Definir, fomentar e acompanhar a implementação de programas, via apoio a projetos estratégicos
5. Promover estratégias de comunicação e engajamento para ampliar o conhecimento sobre a Estratégia PCI por parte dos diversos atores no estado, em nível nacional e internacional

Considerando estas funções para a PCI, o Plano de Implementação destaca ações de inteligência, capacitação, especialização, levantamento de dados, mapeamentos, *advocacy*, comunicação, promoção de parcerias, apoio a projetos, entre outras ações de fomento.

No tema sobre **mecanismos de financiamento**, dado o expressivo montante estimado para a implementação da Estratégia, além da necessidade de agilidade na aplicação dos recursos, é importante aprimorar os mecanismos existentes, criar e implementar novos mecanismos complementares. Por exemplo, crédito direcionado aos proprietários rurais que contemple a contrapartida com regularização ambiental de APPs (Áreas de Proteção Permanente) e de RL (Reserva Legal), ou via bônus por performance. A articulação de plataformas para o financiamento de ações que garantam a remuneração e/ou compensação pela oferta de ativos ambientais, sobretudo aqueles relacionados à implementação do Código Florestal, também é uma das ações mais importantes não só para o estado, mas para todo o país. Algumas ações sugeridas neste plano são relativamente simples e podem ajudar a destravar processos já existentes que catalisem ações no campo, como a divulgação do ICMS-Ecológico junto às prefeituras.

A **regularização ambiental e a restauração florestal** foram definidas como metas importantes da PCI, tendo sido apontados em grande parte das análises, nas entrevistas e nas oficinas como um dos principais desafios para a Estratégia. As ações propostas neste plano, dentro das funções acima descritas, centram-se no apoio ao cumprimento do Código Florestal, à consolidação de cadeias de restauro e a mecanismos que permitam transacionar ativos ambientais de maneira a incentivar tanto o restauro quanto a conservação de áreas com excedentes florestais. A regularização ambiental representa ainda um requisito cada vez mais importante para a garantia de mercados internacionais. E, apesar de o **combate ao desmatamento ilegal** estar relacionado a todos os temas transversais, ele merece destaque neste ponto.

No tema de **regularização fundiária**, onde a ação é principalmente centrada no papel do estado, as ações sugeridas para a PCI buscam o fortalecimento da governança fundiária em Mato Grosso, por meio de articulação e parcerias que fortaleçam os órgãos responsáveis, da interação entre os órgãos estaduais e federais e do fortalecimento de mecanismos de informação e transparência.

Já em **mercados** regionais e internacionais, as propostas focam em ações diversificadas, que apoiam a comercialização da produção da Agricultura Familiar, apoiam os mercados da

sociobiodiversidade, a agregação de valor e a elevação dos padrões de qualidade em geral da produção do estado, incluindo as commodities.

O desafio de elevar os parâmetros de produção, mantendo os custos e gerando maiores benefícios socioambientais, passa por investimento em **difusão de tecnologias e melhores práticas** que, em geral, são limitados a uma parte do setor privado que pode criar e capturar a produção de regulamentações globais. Neste sentido, o plano reconhece a importância crescente da inovação para a economia estadual. São incluídas ações no sentido de apoiar os meios de difusão de conhecimento sobre práticas e tecnologias sustentáveis de produção, articulando parcerias entre empresas privadas, instituições de ensino, de desenvolvimento tecnológico e de assistência técnica. Também, apoiar o desenvolvimento e a difusão de sistemas produtivos e soluções tecnológicas sustentáveis via, por exemplo, o fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias voltadas para ganhos de eficiência, agregação de valor no campo e baixo carbono.

É importante destacar que os 5 temas-chave desenvolvidos neste Plano de Implementação representam uma agenda atualmente prioritária para os agentes consultados e por isso foram selecionados. No entanto, futuramente, a plataforma PCI poderá adotar outros temas que, direta ou indiretamente, contribuem para o alcance de suas metas. Entre estes outros temas relevantes, em algumas discussões do processo de planejamento, foram destacados os seguintes:

- **Energias Renováveis**, incluindo especialmente biomassa, que afeta os setores agrícola e florestal, mas também fontes alternativas como eólica e solar. A oferta de energia limpa é fundamental para que ações propostas no plano, como, por exemplo, o apoio ao estabelecimento de agroindústrias, possam ser implementadas, sem aumento de emissões de GEE.
- **Ciência, Tecnologia e Inovação**, considerando o mapeamento da atual infraestrutura de Mato Grosso para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de novas tecnologias, recursos disponíveis, investimentos necessários, equipes, capacidades etc., já que se sabe da importância crescente da inovação para a economia estadual.
- **Áreas Protegidas**, tratando especificamente de programas de apoio a Unidades de Conservação e Terras Indígenas, elementos importantes na manutenção da cobertura vegetal nativa do estado (uma das metas da PCI), além de potenciais vetores de inclusão produtiva e social, que hoje são subaproveitados por falta de recursos financeiros e de prioridade política.
- **Turismo Sustentável**, incluindo diversas categorias crescentes como o ecoturismo, o turismo comunitário, o turismo rural, que podem representar oportunidades econômicas para povos e comunidades tradicionais, além de apoiar a valorização dos ativos ambientais do estado.
- **Infraestrutura**, tratando mais a fundo os aspectos de logística e transporte, fatores fundamentais para as metas de produção por estarem diretamente ligados ao custo de escoamento e, portanto, viabilidade financeira dos setores alvo da PCI (pecuária, soja, milho, algodão, florestas). Além de ser uma barreira, as más condições das estradas também fazem disparar a emissão de poluentes, agravando a qualidade do ar e contribuindo para o aquecimento global.
- **Planejamento Territorial**, abordando o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), uma política pública que enfrenta dificuldades de implementação no estado e que é a base para o planejamento de atividades produtivas, e o planejamento espacial, muito relacionado com a questão acima já que interfere no planejamento de nova infraestrutura para o estado.

Além da sugestão dos temas adicionais acima, foi recorrente a referência à necessidade de a Estratégia PCI estabelecer um grupo técnico de observação dos avanços na implementação da Estratégia (**Observatório PCI**), que permita análises imparciais, confiáveis e coletivas para uma gestão adaptativa da sua implementação.

V. Próximos Passos

O conteúdo deste relatório envolve uma narrativa que inclui uma descrição das diversas etapas metodológicas cumpridas, apresenta os levantamentos de informações e mapeamentos realizados sobre atores e iniciativas que hoje, na prática, operam a PCI, além de dar indicações sobre o estágio atual da sua execução. Adicionalmente, indica os procedimentos de planejamento utilizados para sistematizar e priorizar ações que retirem obstáculos e permitam avanços em direção às metas da Estratégia. Mais especificamente, descreve os processos de engajamento e de debate coletivo realizados para identificar e avaliar essas ações, com a finalidade de priorizá-las e estruturá-las em um plano de ação. Além disso, anexos sobre temas específicos complementam e detalham aspectos dessa narrativa.

Todo esse trabalho foi resultado de um esforço de interagir, ouvir opiniões e interpretar posições de grupos sociais interessados ou envolvidos com a PCI, identificados, contatados e reunidos pela Trama, que compõem as chamadas forças vivas da sociedade.

Conforme mencionado acima, foi ainda desenvolvido e apresentado um primeiro modelo de mecanismo financeiro e gerencial (detalhado no Anexo 2) que a Trama acredita ser necessário para dar operacionalidade e protagonismo à Diretoria Executiva da Estratégia PCI. Apesar de se tratar de um esboço inicial, nele estão presentes todos os elementos necessários para que se entenda o seu alcance, a sua utilidade e potencial de realização.

No entanto, mais importante que o modelo apresentado é a mensagem que se pretende transmitir sobre a sua relevância estratégica, principalmente a prioridade que deve ser atribuída à sua criação, em resposta à interessante indagação que foi feita à Trama pelo contratante (IDH): qual é a mensagem inspiradora que resulta da execução deste trabalho?

A Trama acredita que seja a partir da constituição dessa unidade operacional que a Estratégia deixará de ser um conceito para tornar-se uma realidade que se concretiza na forma de uma organização constituída, orientada e gerida com autonomia por uma governança multissetorial e administrada por profissionais de mercado. A sua finalidade é apoiar o governo de Mato Grosso a implementar a Estratégia PCI, oferecendo um território neutro, estável, independente de recursos públicos obrigatórios, cuja efetividade poderá ser verificada por meio do seu desempenho na realização das suas principais funções, descritas acima.

Para a Trama, neste momento, a ação mais fundamental é criar essa instituição. À curto prazo, fundamental, é dispor de uma proposta mínima, mas suficiente para apresentar ao governo um modelo institucional básico, acompanhado de argumentos convincentes e realistas sobre a urgência de uma decisão para a criação de uma unidade operacional que permita um funcionamento independente e efetivo à PCI. Uma decisão de curto prazo é urgente porque circunstâncias políticas que envolvem a PCI são voláteis, sobre as quais há pouca ou nenhuma possibilidade de previsão ou controle. No médio prazo (mais de seis meses) as oportunidades políticas para a tomada desta decisão podem já não mais estar disponíveis.

Neste momento, saber se o modelo institucional proposto responde a todo e qualquer requisito conceitual imaginado para testar sua capacidade; se tem ou não condições de acomodar a pluralidade de funções imaginadas para aferir a sua funcionalidade; se é igual, parecido ou diferente de outros modelos existentes nacional ou internacionalmente, é irrelevante. Tudo isso se ajusta e se responde, uma vez criado o mecanismo. Neste momento, o importante é cria-lo.

Uma vez criado, então podem e devem ser considerados significativos e complexos desafios de médio e longo prazos, de natureza mais operacional, decorrentes da criação e funcionamento dessa estrutura financeiro-administrativa, com governança e gestão próprias, voltada para dar operacionalidade à Estratégia PCI. Apresenta-se a seguir uma antecipação de um conjunto relevante de desafios específicos a serem enfrentados a médio e longo prazos (de seis meses a dois anos) pela unidade gestora da PCI:

> Mobilizar doadores para contribuir para o estabelecimento e funcionamento da unidade coordenadora da execução do plano de implementação da PCI, dividindo entre eles o custo dessa montagem, com o intuito de viabilizar financeiramente a iniciativa, bem como pluralizar as propostas de valor que orientam esse processo;
> Fazer da criação e operação dessa unidade, o máximo possível, uma iniciativa coletiva, retirando dos ombros de qualquer dos doadores iniciais a obrigação de assumir uma responsabilidade de longo prazo, da qual possa, em algum momento, sair, sem que isso prejudique a continuidade da instituição;
> Orientar que parte dos recursos financeiros obtidos para a montagem institucional sejam dirigidos para a manutenção de uma estrutura mínima de secretariado;
> Desenvolver uma estratégia de sustentabilidade financeira para a PCI, orientada não apenas para a busca de recursos para novos investimentos, mas também para retirar barreiras, criar incentivos, facilitar e induzir a realização de investimentos estratégicos complementares;
> Desenvolver capacidade para o desenho, facilitação e controle de um portfolio de programas e projetos, apoiado por recursos próprios ou de outros;
> Integrar organicamente este plano de implementação a outros processos em andamento no estado, como, por exemplo o Projeto REM do KfW, a iniciativa PAGE, ou a parceria do Fundo Althelia com a MT Par, pondo em prática uma estratégia de coordenação e apoio a iniciativas específicas, bem como ao conjunto da Estratégia;
> Desenvolver procedimentos de monitoramento, comunicação e transparência, das informações relativas à execução do plano de implementação da Estratégia PCI, tornando públicos os avanços alcançados, com indicadores claros e confiáveis em um painel de controle.

Estas observações finais compõem o conjunto do trabalho desenvolvido para materializar um plano de implementação para a Estratégia PCI. As ações sistêmicas priorizadas pelos atores envolvidos neste processo e suas etapas estão detalhadas na próxima seção.

VI. MATRIZ LÓGICA DE IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA PCI

A matriz lógica visa resumir as relações entre os objetivos nos diferentes níveis aos quais este Plano de Implementação busca contribuir ou responder. Em um nível global, o Plano de Implementação da Estratégia PCI busca contribuir para o combate às mudanças climáticas e ao mesmo tempo promover o crescimento econômico sustentável, com inclusão social. Este foi o contexto de seu lançamento e este objetivo global deve estar sempre como pano de fundo desta Estratégia. Nacionalmente, a PCI contribui para o objetivo do país de implementar sua NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada ao Acordo de Paris), especialmente por conter metas focadas no cumprimento da legislação florestal e na redução do desmatamento. No nível estadual, a lógica de mudança aqui proposta centra-se na teoria de que os resultados esperados para os 5 temas-chave levem ao alcance das metas da PCI. O Plano espera produzir os seguintes resultados principais: mecanismos de financiamento implementados; regularização ambiental praticada com restauração florestal realizada; regularização fundiária alcançada; produção do estado valorizada nos mercados regionais e internacionais; e inovações tecnológicas estimuladas, difundidas e adotadas amplamente na produção de Mato Grosso. A matriz lógica abaixo detalha como estes resultados podem ser alcançados se as ações sistêmicas forem implementadas, e estas serão implementadas se suas etapas forem cumpridas.

A matriz desenvolvida segue o formato recentemente revisado e atualizado na literatura profissional de gestão de projetos[8]. Este divide o plano de implementação em duas lógicas: uma de intervenção e outra de implementação (ou de produção). A matriz apresenta primeiramente, o processo mais amplo de intervenção ou de desenvolvimento, para o qual o Plano de Implementação da PCI visa contribuir (Objetivo Superior). Já o Objetivo do Plano remete-se à mudança esperada no contexto e no comportamento de pessoas e instituições, a partir das ações descritas na lógica de implementação, que lista as etapas priorizadas pelos stakeholders que permitirão a realização das ações sistêmicas.

[8] Project Management: https://www.projectmanagement.com/articles/337043/The-New-Logical-Framework--A-Tool-for-an-Effective-Development-Project-Design. Acesso: junho/2017.

Lógica de Intervenção	Indicadores de impacto	Premissas importantes
Objetivo superior Mato Grosso com desenvolvimento econômico sustentável	> PIB agropecuário e florestal > Redução de emissões de GEE > Índice de desmatamento ilegal no estado > Renda da agricultura familiar	> Continuidade da Estratégia PCI por parte do governo do estado > Mudanças climáticas e ambientais não afetam radicalmente as condições de produção > Mercados dos produtos de MT viáveis (preços e demanda) > Legislação ambiental vigente mantida
Objetivo do Plano de Implementação da PCI Instituições em MT adotam práticas que implementem as metas da PCI	Indicadores definidos no GT Monitoramento para acompanhamento das 21 metas	

Todas as etapas e ações sistêmicas listadas em cada tema-chave foram propostas que receberam votos na oficina de planejamento. As ações sistêmicas são, em sua maioria, agrupamentos destas propostas priorizadas, que foram organizadas em uma sequencia lógica para sua implementação, começando pelas etapas mais necessárias no curto prazo e seguindo uma lógica temporal.

Lógica de Implementação	
Resultado 1 – Mecanismos de financiamento implementados	
Ações sistêmicas	**Etapas**
1.1 Operacionalização de mecanismo financeiro e gerencial para a PCI	1.1.1 Tomar decisão política com estabelecimento de comitê para definir modelo institucional; 1.1.2 Contratar instituição para prover serviços de suporte jurídico, administrativo-financeiro para o mecanismo; 1.1.3 Registrar Estatuto criando formalmente a instituição e definindo sua governança e regras operacionais; 1.1.4 Por em prática programas para implementar as prioridades definidas no planejamento, considerando a integração com outras estratégias estaduais (**PMS, PAGE, PEAF, PPCDQ, SISREDD+ etc**.); 1.1.5 Desenvolver plano de sustentabilidade financeira, incluindo identificação de fontes de recursos nacionais e internacionais para a PCI.

Lógica de Implementação	
Resultado 1 – Mecanismos de financiamento implementados	
Ações sistêmicas	**Etapas**
1.2 Acesso facilitado a linhas de crédito específicas	1.2.1 Realizar estudos para identificar entraves principais (embargos, bloqueios ao acesso, ineficiências nas análises de solicitação de crédito, etc.); 1.2.2 Capacitar agentes para auxiliar tomadores de crédito na elaboração dos projetos; 1.2.3 Divulgar informações sobre linhas de crédito específicas e de suas condições; 1.2.4 Avaliar potencial de desenvolvimento de novas linhas de microcrédito; 1.2.5 Mobilizar atores para ampliar linhas de crédito específicas para intensificação da pecuária, recuperação de pastagens e aumento da produtividade; 1.2.6 Capacitar e incentivar gestores de recursos a oferecer linhas de crédito que promovam práticas sustentáveis e reduzam “vendas casadas”; 1.2.7 Estabelecer diálogo com gestores de recursos para adotarem práticas de transparência que facilitem o acompanhamento do processo de análise de crédito; 1.2.8 Avaliar potencial de mecanismos de *de-risking* (fundos de aval) para aumentar o acesso ao crédito.
1.3 Implementação de mecanismos de remuneração/ compensação pela oferta de ativos ambientais	1.3.1 Apoiar a sistematização de estudos sobre valoração/quantificação de ativos ambientais do estado 1.3.2 Articular plataformas e financiar ações de comercialização de ativos ambientais; 1.3.3 Apoiar a criação de mecanismos de incentivos para a manutenção de ativos ambientais em propriedades privadas (como acesso a crédito facilitado); 1.3.4 Apoiar o mapeamento e a difusão de informação sobre áreas disponíveis para a compensação de RL dentro de Unidades de Conservação estaduais e incorporando os resultados do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE); 1.3.5 Subsidiar a regulamentação das Cotas de Reserva Ambiental (CRA) estadual e articular a regulamentação da CRA federal; 1.3.6 Captar e gerenciar recursos para programas e projetos identificados pelo SISREDD+ (como os recursos do programa REDD para Pioneiros (REM/KfW); 1.3.7 Promover a participação dos povos e comunidades tradicionais na definição de prioridades para repartição de benefícios de pagamentos por serviços ambientais; 1.3.8 Divulgar a prática do ICMS-Ecológico junto às prefeituras e promover transparência no uso destes recursos, incluindo novos critérios que assegurem recursos para gestão ambiental e combate ao

Lógica de Implementação	
Resultado 1 – Mecanismos de financiamento implementados	
Ações sistêmicas	**Etapas**
	desmatamento.
1.4 Acesso facilitado a mecanismos de financiamento públicos e privados para produtores familiares e povos e comunidades tradicionais (PCTs)	1.4.1 Promover avaliação de um Plano Safra estadual para a Agricultura Familiar; 1.4.2 Promover a associação entre a concessão do crédito e a prestação da assistência técnica continuada (pública ou privada) para pequenos produtores; 1.4.3 Apoiar a capacitação de produtores para acessar linhas de crédito e demais mecanismos financeiros; 1.4.4 Estimular associações e cooperativas a criar instrumentos de poupança e fundos rotativos para apoio aos projetos de interesse coletivo; 1.4.5 Captar recursos financeiros privados para fomentar negócios da agricultura familiar.

Lógica de Implementação	
Resultado 2 – Regularização ambiental praticada com restauração florestal realizada e desmatamento ilegal evitado	
Ações sistêmicas	**Etapas**
2.1 Implementação do CAR em Mato Grosso	2.1.1 Articular atores públicos e privados para constituir uma força-tarefa nos níveis municipal e estadual para retificação e validação do CAR; 2.1.2 Coordenar esforço de comunicação para informar sobre o processo de regularização ambiental junto aos produtores; 2.1.3 Captar e gerir recursos financeiros para apoiar a SEMA e municípios a retificar e validar o CAR, viabilizando a contratação temporária de recursos humanos e a disponibilização de recursos técnicos; 2.1.4 Promover a articulação entre SEMA, INCRA, INTERMAT, SEAF e organizações da sociedade civil para definir o cadastro e a validação do CAR em assentamentos rurais, pequenos estabelecimentos rurais e comunidades tradicionais.
2.2 Estruturação e consolidação de cadeias de restauração florestal	2.2.1 Realizar diagnóstico sobre gargalos e oportunidades das cadeias de restauro em Mato Grosso; 2.2.2 Articular atores para promover a adaptação das normas sobre espécies nativas do Registro Nacional de Sementes e Mudas (RENASEM) às capacidades de pequenos produtores e PCTs; 2.2.3 Viabilizar capacitação técnica e suporte jurídico aos pequenos produtores e PCTs para alcance das normas do RENASEM;

Lógica de Implementação	
Resultado 2 – Regularização ambiental praticada com restauração florestal realizada e desmatamento ilegal evitado	
Ações sistêmicas	**Etapas**
	2.2.4 Incentivar a produção e a coleta de sementes e mudas de espécies nativas e fomentar a criação e fortalecimento de redes de comercialização; 2.2.5 Promover desenvolvimento e difusão de diferentes técnicas e metodologias de restauro, observando as fitofisionomias do estado, além de fatores técnicos, econômicos e culturais; 2.2.6 Fortalecer capacidade de técnicos e engenheiros para o desenvolvimento de projetos de restauro florestal.
2.3 Operacionalização de rede para restauro e compensação em Reserva Legal	2.3.1 Desenvolver mapa de áreas prioritárias para restauração; 2.3.2 Estimular iniciativas entre grupos de produtores e núcleos regionais para aumentar a escala dos projetos de restauração, reduzir custos e compartilhar conhecimentos (como por exemplo, a Liga do Araguaia); 2.3.3 Sistematizar e difundir informações disponíveis sobre aspectos técnicos e mecanismos financeiros para restauro (com ou sem aproveitamento econômico) e produzir manual técnico validado por membros da PCI; 2.3.4 Articular centros de referência e unidades demonstrativas de restauração, considerando diferentes técnicas e metodologias, inclusive restauração ecológica e produtiva.
2.4 Disponibilização de informações sobre desmatamento, embargos e processos de regularização ambiental	2.4.1 Promover a articulação de plataformas com informações detalhadas, atualizadas e em formato adequado sobre a evolução das dinâmicas de desmatamento, dos processos de regularização ambiental, geoautuação e listas de embargo e desembargo.
2.5 Melhoria do processo de desembargo para assentamentos e propriedades privadas que cumpram exigências legais socioambientais	2.5.1 Articular INCRA, IBAMA, SEMA, MP, dentre outros, para promover Acordos de Cooperação Técnica que facilitem os desembargos de assentamentos e propriedades privadas, uma vez cumpridas as exigências legais socioambientais;

Lógica de Implementação	
Resultado 3 – Regularização fundiária alcançada	
Ações sistêmicas	**Etapas**
3.1 Fortalecimento da governança fundiária no estado	3.1.1 Apoiar a criação de um comitê de articulação das instituições com atribuições fundiárias no Mato Grosso; 3.1.2 Apoiar a estruturação de equipes técnicas para auxiliar o INCRA, Intermat e Serfac nos serviços internos (temporários); 3.1.3 Apoiar ações de transparência dos órgãos fundiários como, por exemplo, a digitalização do acervo fundiário dos cartórios, ampliando a transparência das informações através de um sistema integrado; 3.1.4 Apoiar o funcionamento das Comissões Municipais de Assuntos Fundiários, dos Conselhos Municipais de Regularização Fundiária e do Grupo de Trabalho de Regularização Fundiária do Programa Municípios Sustentáveis (PMS); 3.1.5 Fortalecer as organizações sociais para participação na definição, execução, gestão e avaliação das políticas fundiárias; 3.1.6 Apoiar a criação de mecanismos que favorecem a promoção dos direitos humanos e a proteção das lideranças do campo; 3.1.7 Fortalecer capacidade de representação política e controle social das organizações do meio rural.
3.2 Articulação de meios para o aprimoramento e parametrização do marco legal estadual	3.2.1 Apoiar a promoção da padronização e integração dos diferentes cadastros de terra e a vinculação com o registro dos imóveis; 3.2.2 Apoiar a integração da base fundiária estadual ao Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) federal;
3.3 Apoio à regularização fundiária das terras estaduais e dos assentamentos administrados pelo Intermat	3.3.1 Promover a atualização do cadastramento dos títulos desmembrados de terras estaduais 3.3.2 Apoiar a organização e digitalização do acervo fundiário; 3.3.3 Apoiar a consolidação da base cadastral fundiária do Intermat; 3.3.4 Articular atores para a realização da arrecadação administrativa de terras estaduais; 3.3.5 Apoiar a realização do georreferenciamento e a certificação no SIGEF do perímetro e dos lotes dos assentamentos estaduais; 3.3.6 Promover, através de mutirões, a titulação dos ocupantes de terras estaduais e apoiar o registro dos títulos de interesse social nos cartórios de registro de imóveis;

Lógica de Implementação	
Resultado 3 – Regularização fundiária alcançada	
Ações sistêmicas	**Etapas**
3.4 Apoio à regularização fundiária das glebas e assentamentos federais	3.4.1 Promover o georreferenciamento, a titulação de assentamentos e das glebas federais e o registro em cartório de registro de imóveis; 3.4.2 Promover ações de regularização fundiária na forma de mutirão, pautada em levantamentos prévios realizados pelos municípios; 3.4.3 Articular com o Governo estadual e Federal para resolver as questões fundiárias nos municípios de faixa de fronteira.

Lógica de Implementação	
Resultado 4 – Produção do estado valorizada nos mercados	
Ações sistêmicas	**Etapas**
4.1 Ampliação e consolidação dos mercados institucionais para agricultura familiar	4.1.1 Articular as secretarias de educação e de agricultura para adaptar cardápios das escolas publicas à realidade da produção local; 4.1.2 Promover treinamentos e sensibilização de nutricionistas e cozinheiros para utilização de produtos locais; 4.1.3 Capacitar associações/cooperativas e promover sua articulação com as instituições públicas para resposta às chamadas de compra.
4.2 Desenvolvimento de agroindústrias e canais de comercialização da produção familiar	4.2.1 Fortalecer capacidade de gestão das associações e cooperativas da agricultura familiar para acesso a crédito, a contratos privados e para organização da produção e da comercialização; 4.2.2 Apoiar o desenvolvimento de modelos de negócios, estudos de viabilidade econômica e de novas oportunidades junto a cadeias de maior agregação de valor, respeitando especificidades regionais; 4.2.3 Desenvolver protocolos de compras da produção local por empresas privadas do estado; 4.2.4 Estimular a compra de produtos de origem local/regional e parceria com redes de supermercado; 4.2.5 Promover o estabelecimento de feiras e sistemas de venda direta; 4.2.6 Apoiar a consolidação de pequenas e médias centrais de comercialização.

Lógica de Implementação	
Resultado 4 – Produção do estado valorizada nos mercados	
Ações sistêmicas	**Etapas**
4.3 Sistematização e difusão de informações sobre produção agrícola no estado	4.3.1 Apoiar a criação de uma plataforma online com informações sobre produtores, produtos, locais de produção, preços e safras a partir da integração de bases de dados existentes em nível municipal e estadual (secretarias municipais e SEAF) e da contribuição dos agricultores (por exemplo, via aplicativo).
4.4 Realização do planejamento territorial e utilização para orientar o planejamento da produção	4.4.1 Realizar mapeamento das condições atuais e perspectivas da produção e dos canais de comercialização; 4.4.2 Mapear as áreas degradadas com aptidão para agropecuária, visando orientar a produção para estas áreas; 4.4.3 Articular atores das diferentes cadeias produtivas para estimular acordos inter setoriais com foco em produção sustentável e em combate ao desmatamento; 4.4.4 Mapear demandas do estado por alimentos, para orientar a produção; 4.4.5 Articular o planejamento da infraestrutura de armazenamento e logística aos mapeamentos realizados.
4.5 Estímulo e fortalecimento a cadeias de valor dos produtos da sociobiodiversidade	4.5.1 Sistematizar estudos existentes sobre demandas locais, nacionais e internacionais e sobre os gargalos das cadeias de valor em MT; 4.5.2 Promover a adoção de boas práticas para o manejo de produtos florestais não madeireiros; 4.5.3 Identificar experiências exitosas e apoiar a ampliação de sua escala; 4.5.4 Fortalecer Câmara Técnica de Produtos Extrativistas e da Sociobiodiversidade para discutir uma estratégia estadual para estas cadeias; 4.5.5 Incentivar ações de marketing que valorizem a origem do produto; 4.5.6 Incentivar associativismo/ cooperativismo como forma de viabilizar acesso a mercados.
4.6 Implementação do Plano de Suprimento Sustentável (PSS)	4.6.1 Apoiar a implementação do Plano de Suprimento Sustentável para estimular a produção de madeira e inibir o desmatamento ilegal.
4.7 Produção estadual qualificada para atender demandas de mercado	4.7.1 Sistematizar mapeamentos já existentes de oportunidades de negócios, novos mercados e gargalos para agregação de valor a cadeias produtivas no Estado (commodities, produtos da agricultura familiar e extrativismo);

Lógica de Implementação	
Resultado 4 – Produção do estado valorizada nos mercados	
Ações sistêmicas	**Etapas**
	4.7.2 Identificar e promover a disseminação dos critérios das demandas internacionais em termos de qualidade dos produtos, boas práticas de produção e salvaguardas socioambientais; 4.7.3 Promover modelos de novos negócios sustentáveis, análises de oportunidades, estudos de viabilidade técnico-financeira e avaliação de impactos (por exemplo, potencial de geração de energia a partir de biomassa); 4.7.4 Definir e implementar uma estratégia de comunicação e marketing para os produtos de Mato Grosso junto ao mercado internacional, aproveitando estruturas existentes como o IMAC e a APEX; 4.7.5 Apoiar a promoção de eventos sobre produção sustentável, incluindo rodadas de negócio com câmara de comércio exterior, exposição de produtos, entre outros.
4.8 Operacionalização de mecanismos de rastreabilidade e transparência para cadeias produtivas de commodities	4.8.1 Promover garantias de origem, combinando mecanismos de transparência a critérios territoriais específicos exigidos por uma abordagem jurisdicional de desenvolvimento sustentável com critérios socioambientais gerais aplicáveis à produção do estado; 4.8.2 Identificar e apoiar mecanismos de transparência no monitoramento das cadeias (por exemplo, vincular a Guia de Trânsito Animal ao Cadastro Ambiental Rural, disponibilizar dados sobre o fluxo da produção e comercialização da madeira etc.); 4.8.3 Promover a articulação e o engajamento de atores dos setores público e privado para a implementação destes mecanismos; 4.8.4 Apoiar acordos de comercialização nas cadeias produtivas (por exemplo, moratória da soja e TACs pecuária).

Lógica de Implementação	
Resultado 5 – Inovações tecnológicas estimuladas, difundidas e adotadas amplamente na produção	
Ações sistêmicas	**Etapas**
5.1 Apoio ao desenvolvimento e difusão de sistemas produtivos e soluções tecnológicas sustentáveis	5.1.1 Fomentar pesquisa e desenvolvimento de tecnologias voltadas para ganhos de eficiência, agregação de valor no campo e baixo carbono; 5.1.2 Apoiar aplicação de técnicas de ILPFs (Integração Lavoura Pecuária Floresta), produção agroecológica, SAFs (Sistemas Agroflorestais) e restauro com fins econômicos; 5.1.3 Apoiar a difusão de tecnologia para manejo florestal madeireiro e não madeireiro; 5.1.4 Apoiar o uso de biotecnologias, controle biológico de pragas, proteção de cultivos e a intensificação da pecuária.
5.2 Apoio a meios de difusão de conhecimento sobre práticas e tecnologias sustentáveis de produção	5.2.1 Identificar e promover meios de comunicação adaptados à realidade das diferentes regiões e públicos (ensino à distância, vídeos, plataforma digital, entre outros); 5.2.2 Apoiar redes de conhecimento e trocas de experiências (eventos, visitas, dias de campo, intercâmbios, casos de sucesso); 5.2.3 Apoiar centros de referência e unidades de demonstração para aumentar a difusão de tecnologia; 5.2.4 Articular parcerias entre empresas privadas, instituições de ensino (SENAR, SEBRAE, SENAI), de desenvolvimento tecnológico (EMBRAPA) e de assistência técnica (EMPAER e SENAR).
5.3 Revisão do atual modelo de funcionamento da ATER	5.3.1 Avaliar modelos existentes e a possibilidade de um novo modelo público/privado de gestão, financiamento e operação; 5.3.2 Criar linha específica de apoio financeiro para promover a continuidade e ampliar a escala dos serviços prestados; 5.3.3 Apoiar projetos piloto de atualização dos serviços de ATER e monitorar sua efetividade; 5.3.4 Articular parcerias com atores públicos e privados para aumentar a capilaridade e escala dos serviços prestados; 5.3.5 Qualificar novos atores para ampliar a capacidade de prestação de serviços, incluindo lideranças comunitárias, técnicos municipais, entre outros.
5.4 Fortalecimento da qualidade dos serviços de ATER	5.4.1 Promover a capacitação contínua de técnicos públicos e privados de ATER e revisar e atualizar conteúdos de tecnologia, incluindo questões de sustentabilidade, sistemas produtivos integrados, gestão e melhoria da qualidade e beneficiamento dos produtos; 5.4.2 Orientar o serviço de ATER de acordo com as aptidões e necessidade locais e dos diferentes públicos (incluindo povos e comunidades tradicionais).

VII. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO

É importante que o sistema de governança da PCI estabeleça uma sistemática de acompanhamento para a implementação deste Plano. Hoje, a PCI já conta com um Grupo de Trabalho (GT) de Monitoramento, liderado pelo ICV, que determinou indicadores quantitativos para acompanhar o progresso das 21 metas da Estratégia. O monitoramento da execução das ações contidas neste Plano pode ser realizado por meio deste mesmo GT ou pode ser criado um grupo multidisciplinar que faça um seguimento mais amplo das ações sistêmicas aqui propostas.

Foi mencionada na oficina de planejamento a possibilidade de se criar um Observatório PCI (proposta citada neste documento). Este grupo poderia apoiar a Diretoria Executiva da PCI em avaliar o avanço alcançado nas ações e mais do que observar, poderia dar o apoio político necessário para reforçar o engajamento de atores relevantes para a realização das ações. Adicionalmente, este grupo poderia criar um mecanismo de acompanhamento das dinâmicas políticas, sociais e ambientais em geral no estado, de forma a alertar a governança da PCI sobre potenciais riscos para sua implementação ou reputação, como, por exemplo, processos de redução da área de Unidades de Conservação.

Com o objetivo de apoiar o acompanhamento do Plano, foram estabelecidos indicadores para as 25 ações sistêmicas, conforme a tabela abaixo. Vale ressaltar que a lógica de intervenção, conforme descrita acima, é que as ações sistêmicas levem ao avanço das 21 metas, ou seja, o monitoramento da implementação destas ações também será refletido no seguimento dos indicadores das metas PCI. De qualquer forma, os indicadores abaixo permitem acompanhar mais de perto as ações sugeridas e corrigir seu rumo, caso necessário.

INDICADORES PARA ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES SISTÊMICAS

Tema transversal	Ações Sistêmicas	Indicadores de acompanhamento
1. Mecanismos de financiamento implementados	1.1 Operacionalização de mecanismo financeiro e gerencial para a PCI	Volume de recursos gerenciados pelo mecanismo. Fonte: contratos com mecanismo PCI
	1.2 Acesso facilitado a linhas de crédito específicas	Volume de crédito concedido em linhas específicas. Fonte: Crédito Rural/Banco Central
	1.3 Implementação de mecanismos de remuneração/ compensação pela oferta de ativos ambientais	Volume de recursos financeiros transacionados em mercados de ativos ambientais. Fonte: SEMA (SISREDD)
	1.4 Acesso facilitado a mecanismos de financiamento públicos e privados para produtores familiares e PCTs	Volume de recursos de financiamento para produtores familiares e PCTs. Fonte: Crédito Rural/Banco Central
2. Regularização ambiental praticada com restauração florestal realizada	2.1 Implementação do CAR em Mato Grosso	% de propriedades cadastradas e validadas. Fonte: SEMA
	2.2 Estruturação e consolidação de cadeias de restauração florestal	Número de hectares restaurados. Fonte: PRA/SEMA
	2.3 Operacionalização de rede para restauro e compensação em Reserva Legal	Rede em operação. Fonte: PCI
	2.4 Disponibilização de informações sobre desmatamento, embargos e processos de regularização ambiental	Volume de informações publicadas sobre desmatamento, embargos e processos de regularização ambiental. Fonte: SEMA/Ibama
	2.5 Melhoria do processo de desembargo para assentamentos e propriedades privadas que cumpram exigências legais socioambientais	Tempo médio para desembargo de assentamentos e propriedades. Fonte: SEMA/Ibama
3. Regularização fundiária alcançada	3.1 Fortalecimento da governança fundiária no estado	Número de títulos e documento antigos digitalizados e vetorizados em sistema de gestão. Fonte: Incra/Intermat
	3.2 Articulação de meios para o aprimoramento e parametrização do marco legal estadual	Estabelecimento de um mecanismo de integração das bases fundiárias. Fonte: Incra/Intermat
	3.3 Apoio à regularização fundiária das terras estaduais e dos assentamentos administrados pelo Intermat	% de lotes titulados em assentamentos estaduais. Fonte: Intermat
	3.4 Apoio à regularização fundiária das glebas e assentamentos federais	% de lotes titulados em glebas e assentamentos federais. Fonte: INCRA
4. Produção do estado valorizada nos mercados	4.1 Ampliação e consolidação dos mercados institucionais para agricultura familiar	% e valor total de produtos da agricultura familiar comercializados no PNAE. Fonte: FNDE; Proporção da comercialização do PAA de Mato Grosso em relação ao

Tema transversal	Ações Sistêmicas	Indicadores de acompanhamento
		Brasil. Fonte: PAA/Conab
	4.2 Desenvolvimento de agroindústrias e canais de comercialização da produção familiar	Número de agroindústrias criadas e valor produzido. Fonte: SUSAF/SEAF; Valor comercializado nos CEASAS e mercados institucionais. Fontes: CEASA, EMPAER, CONAB
	4.3 Sistematização e difusão de informações sobre produção agrícola no estado	Criação e operacionalização da plataforma online. Fonte: PCI
	4.4 Realização do planejamento territorial e utilização para orientar o planejamento da produção	Planejamento territorial realizado e utilizado. Fonte: PCI
	4.5 Estímulo e fortalecimento a cadeias de valor dos produtos da sociobiodiversidade	Produção total da extração vegetal (açaí (fruto), castanha-do-pará, palmito, hevea (látex coagulado) e copaíba), por tonelada e valor da produção. Fonte: IBGE.
	4.6 Implementação do Plano de Suprimento Sustentável (PSS)	Quantidade (m3) e valor dos produtos da silvicultura, por produto: carvão vegetal, lenha e madeira em tora para outras finalidades. Fonte: IBGE.
	4.7 Produção estadual qualificada para atender demandas de mercado	Número de acordos comerciais entre grandes empresas agropecuárias e cooperativas agrícolas. Fonte: PCI
	4.8 Operacionalização de mecanismos de rastreabilidade e transparência para cadeias produtivas de commodities	Número de estabelecimentos agropecuários com sistemas de rastreabilidade implementados. Fonte: APROSOJA, RTRS, ABIOVE, ABRAPA, ACRIMAT, GTPS, FSC.
5. Inovações tecnológicas estimuladas, difundidas e adotadas amplamente na produção	5.1 Apoio ao desenvolvimento e difusão de sistemas produtivos e soluções tecnológicas sustentáveis	Número de estabelecimentos agropecuários com sistemas agroflorestais e com exploração da aquicultura. Área total de pastagem e número de rebanho bovino. Fonte: IMEA .
	5.2 Apoio a meios de difusão de conhecimento sobre práticas e tecnologias sustentáveis de produção	Número de meios diferentes utilizados para difusão de conhecimento. Fonte: PCI
	5.3 Revisão do atual modelo de funcionamento de ATER	Aumento de produção e qualidade do produto após revisão do atual modelo de ATER. Fonte: IBGE/ EMPAER
	5.4 Fortalecimento da qualidade dos serviços de ATER	Número de propriedades atendidas por assistência técnica e tipo de assistência técnica prestada. Fonte: EMPAER

Anexo 1 – Participantes da Oficina de Planejamento

Instituição	Nome	E-mail
SEMA/REDD	Alcilene Freitas Bertolo	alcilene@sema.mt.gov.br
SEDEC	Alexandre Possebon	alexandrepossebon@sedec.mt.gov.br
ICV	Alice Thuault	alice@icv.org.br
Aliança da Terra	Aline Locks	alinemaldonado@gmail.com
FIEMT	Álvaro Leite	ambiente@fiemt.com.br
ACRIMAT	Amado de Oliveira Filho	amado@acrimat.org.br
IPAM	Ana Carolina Crisostomo	anacarolina@ipam.org.br
Althelia	Ana Paula Cervi Ferez	apferez@gmail.com
SEMA	Ana Tereza Arruda	anaarruda@sema.mt.gov.br
SEMA	André Luis Torres Baby	andrebaby@sema.mt.gov.br
Agroicone	André Nassar	amnassar@agroicone.com.br
Embrapa	Auster Farias	austeclinio.farias@embrapa.br
ANOREG	Bruno Becker	becker_bruno@hotmail.com
Roncador	Caio Penido Dalla Vecchia	caio@gruporoncador.com.br
IMAC	Candido Rosa	candidorosajunior@gmail.com
ANOREG	Catiana Aparecida de Ávila	catiana.avila@gmail.com
IPAM	Cecilia Gonçalves Simões	cecilia.simoes@ipam.org.br
ONF	Christelle Ndagijimana	christelle.ndagijimana@onfinternational.com
Bayer	Christiane Lourenço	cristiane.lourenco@bayer.com
AREFLORESTA	Cibele Kotsubo	arefloresta@terra.com.br
AQUAMAT	Daniel Melo	daniel@triadeagro.com.br
IDH	Daniela Mariuzzo	mariuzzo@idhsustainabletrade.com
IMAFLORA	Daniele Rua	daniele@imaflora.org
IDH	Eduardo Godoi	godoi@idhtrade.org
AQUAMAT	Eduardo Miranda	diretoria@portalaquamat.com.br
GAE	Elaine Corsini	elainecorsini@gae.mt.gov.br
ONF	Estelle Dugachard	estelle.dugachard@onfinternational.org
IPAM	Eugenio Pantoja	eugenio.pantoja@ipam.org.br
TFA	Fabiola Zerbini	fabiola.zerbini@TNC.ORG
SEMA	Fernanda Nazario	fernandanazario@sema.mt.gov.br
Embrapa	Flávio Fernandes Júnior	chtt.cpmat@embrapa.br
IPAM	Gabriela Russo	gabriela.russo@ipam.org.br

Instituição	Nome	E-mail
SENAR	Garibaldi Junior	garibaldi.junior@senarmt.org.br
TNC	Gina Timotheo	gtimotheo@tnc.org
IDH	Guilherme Justo	justo@idhtrade.org
ISA	Heber Queiroz Alves	heber@socioambiental.org
FORMAD	Herman Hudson de Oliveira	secretaria.formad@gmail.com
SEAF	Indira Nasser	indiranasser@seaf.mt.gov.br
ONF	Iris Parrot	iris.parrot@onfinternational.com
GAE	Jean Campos	jeanncampos@gmail.com
EII	João Shimada	jshimada@earthinnovation.org
SEDEC/Florestas	José Juarez Pereira de Faria	juarezsic@sedec.mt.gov.br
AMAGGI	Juliana Lopes	juliana.lopes@amaggi.com.br
Agroicone	Leila Harfuch	leila@agroicone.com.br
SEAF	Leonardo Vivaldini dos Santos	leonardosantos@seaf.mt.gov.br
JD São Marcelo	Leone Furlanetto	leone@saomarcelo.com.br
IMAFLORA	Lisandro Inake de Souza	lisandro@imaflora.org
FAMATO	Lucélia Denise Avi	lucelia@famato.org.br
GAE	Manoela Froes	manoelafroes@gae.mt.gov.br
Gabinete Governo	Marcela Gaíva	marcelagaiva@gabgoverno.mt.gov.br
EcoArts	Marcelo Martins Miguel	mmartinsmiguel@yahoo.com.br
APROSOJA	Marlene Lima	marlene@aprosoja.com.br
SEMA/REDD	Maurício Philipp	mmphilipp@sema.mt.gov.br
Amigos da Terra	Mauro Armelin	mauro@amazonia.org.br
CIPEM	Miellaine Mendes	imprensa@cipem.org.br
GAE	Nayara Takahara	nayaratakahara@gmail.com
FETAGRI	Orlando Luiz Nicolotti	meioambiente@fetagrimt.org.br
PMS	Patricia Lemos	executivo@municipiossustentaveis.mt.gov.br
ICV	Paula Bernasconi	paula.bernasconi@icv.org.br
Pecsa	Pedro Nogueira	pedro.nogueira@pecsa.com.br
Pacto das Aguas	Placido Costa	placidocostamt@gmail.com
WRI	Rafael F. Barbieri	rafael.barbieri@wri.org
MT Sustentavel	Raílda Santos	railda@sema.mt.gov.br
MMA	Raul Xavier de Oliveira	raul.oliveira@mma.gov.br
Agropecuária Agua Viva	Reinhard Knoch	mmplan.knoch@gmail.com

Instituição	Nome	E-mail
FAMATO	Ricardo Arioli Silva	ricmas@terra.com.br
ACRIMAT	Ricardo Figueiredo Arruda	rfarruda@hotmail.com
Gabinete Governo	Rita de Cassia Oliveira Chiletto	
ISA	Rodrigo Junqueira	rodrigojunqueira@socioambiental.org
Marfrig	Sandra Pereira	sandra.pereira@marfrig.com.br
APROSOJA	Sergio Trisses	sergiotrisses@hotmail.com
ICV	Solene Tricaud	solene.tricaud@icv.org.br
SEAF	Suelme Evangelista Fernandes	suelmefernandes@seaf.mt.gov.br
SENAR	Tatiana Berondi	tatiana@senarmt.org.br
FAMATO	Thiago Moares	meioambiente@famato.org.br
JD São Marcelo	Vagner Michels	vagner@saomarcelo.com.br
CIPEM	Valdinei Bento dos Santos	valdinei@cipem.org.br
FAMATO	Vania Costa	vania@famato.org.br
Ação Verde	Vicente Falcão de Arruda Filho	vicentefalcao@acaoverde.org.br
IMAC	Wagner Bacchi	wagner.bacchi@imac.agr.br
GAE	Zidiel Coutinho	zidielcoutinho@gmail.com

ANEXO 2 – PROPOSTA PRELIMINAR PARA MECANISMO GERENCIAL E FINANCEIRO

1. Objetivo

Esta proposta preliminar para um mecanismo gerencial e financeiro para a PCI foi elaborada a pedido do IDH, ainda que não incluída no Plano de Trabalho contratado junto a Trama, para iniciar uma discussão com o governo do estado de Mato Grosso sobre a necessidade de institucionalizar a Estratégia PCI de maneira a garantir sua continuidade no longo prazo e com vistas a atrair recursos financeiros adicionais, especialmente de doadores com perfil internacional, que requerem uma estrutura de governança fortalecida para tomada de decisões e uma estrutura administrativa para execução de seus recursos não-reembolsáveis. A descrição do mecanismo gerencial e financeiro realizada abaixo não tem o objetivo de detalhar ou precisar as especificidades necessárias para sua operacionalização, mas sim de contribuir com os avanços nas negociações políticas para que isso aconteça, já que coloca, em linhas gerais, as principais características deste mecanismo.

A proposta abaixo foi apresentada para um grupo de representantes do alto escalão do estado, incluindo Sr. Ricardo Tomczyk (Secretário de Desenvolvimento Econômico), Sr. André Torres Baby (Secretário Executivo da SEMA), Sr. Suelme Evangelista Fernandes (Secretário de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários), Sr. Vinicius Saragiotto (Secretário Adjunto Executivo da Secretaria da Fazenda), Sra. Rita Chiletto (Assessora de Assuntos Internacionais do Governo).

2. Descrição

O sistema de governança de um mecanismo gerencial e financeiro é composto de 4 instâncias, conforme ilustrado na Figura 4 abaixo:

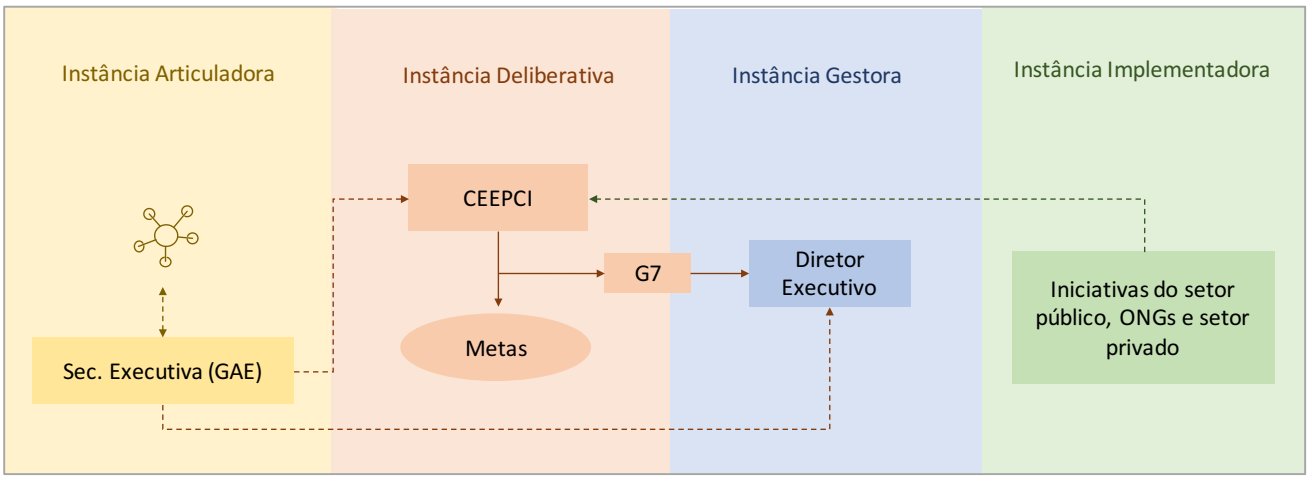
- A instância articuladora é que reúne e coordena a participação de todos os grupos de interesse no sistema de governança, captando seus interesses e provendo informações de maneira uniforme.
- A instância deliberativa é onde as decisões são tomadas, definindo a orientação estratégica do mecanismo, com suas metas, e realizando a supervisão da implementação das ações.
- A instância gestora ou executiva é responsável por realizar a operação financeira e programática propriamente dita, promovendo a articulação de agentes executores por meio do fomento a inciativas e monitorando e reportando sobre a execução dos recursos financeiros.
- A instância implementadora é onde as ações acontecem no campo, produzindo os efeitos desejados para atender as metas definidas, reportando sobre o uso dos recursos recebidos para a implementação das ações.

Figura 4 – Instâncias do sistema de governança

Fonte: Equipe Trama

A Estratégia PCI conta hoje com um sistema de governança estabelecido principalmente pelo Decreto 468/2016, que criou a Secretaria Executiva da Estratégia PCI dentro do Gabinete de Assuntos Estratégicos (GAE) do governo do estado, criou o Comitê Estadual da Estratégia PCI (CEEPCI), que hoje conta com quase 50 instituições como membros, e adotou as metas lançadas em 2015 na COP21 do Clima em Paris. A instância gestora hoje conta com um Diretor Executivo eleito pelo CEEPCI, que tem seus custos cobertos diretamente pelo IDH, como apoiador da Estratégia. Entre a instância deliberativa e a gestora foi criado informalmente o G7, grupo de representantes do Comitê que acompanham mais proximamente a atuação do Diretor Executivo e participam da tomada de decisões operacionais. A instância implementadora é composta pelas mais de 300 instituições públicas e privadas identificadas no mapeamento de iniciativas, que hoje implementam mais de 200 iniciativas relacionadas às metas da PCI. A figura abaixo ilustra a estrutura atual da PCI:

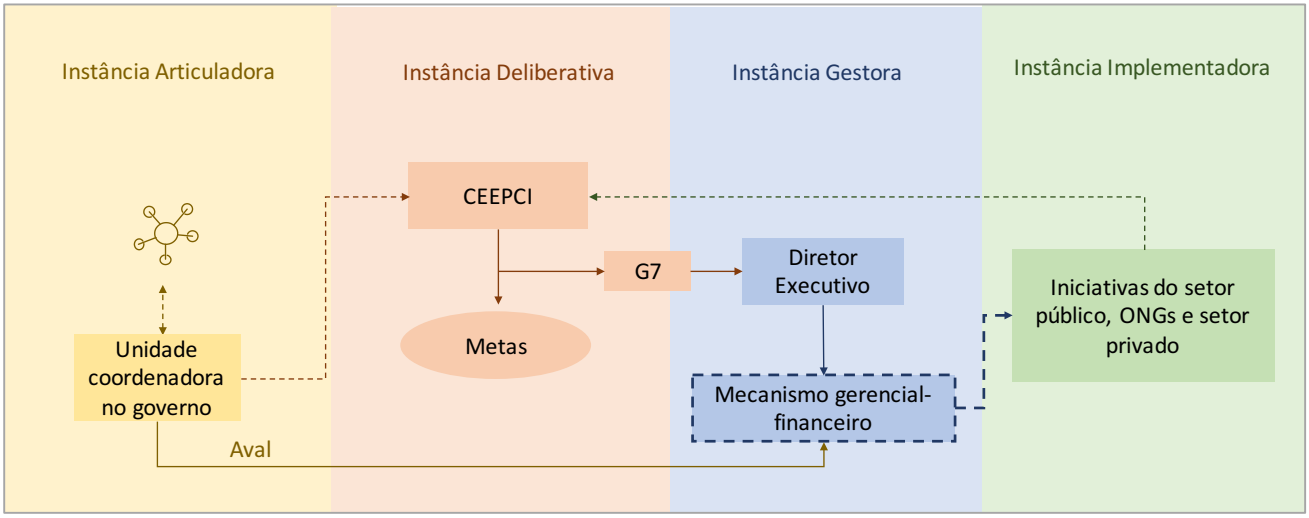
Figura 5 – Estrutura atual de governança da PCI



Fonte: Equipe Trama

A Trama, após análise da situação política e institucional em que se insere a Estratégia PCI, aponta para uma lacuna importante entre a instância gestora e a instância implementadora. A relação entre a instância gestora e a implementadora se dá por meio de apoio a programas e projetos que contribuam para implementar a Estratégia PCI e alavanquem outras ações necessárias para o alcance de suas metas. Para suprir esta lacuna, a Trama propõe a criação de um mecanismo gerencial e financeiro, que estabeleça formalmente uma relação por meio de contratos de colaboração e apoio, por um lado com uma unidade coordenadora dentro do governo, e por outro lado, com os executores de projetos. A figura abaixo ilustra onde o mecanismo gerencial e financeiro se encaixaria no sistema de governança atual de forma a reforça-lo:

Figura 6 – Mecanismo gerencial e financeiro para fortalecer sistema de governança atual



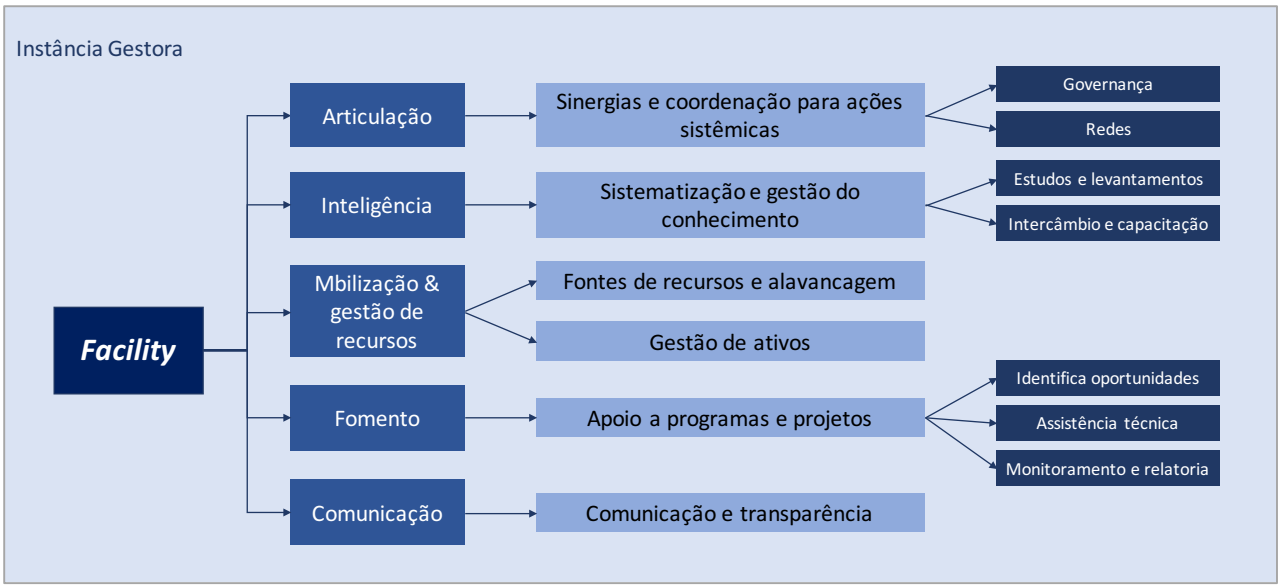
Fonte: Equipe Trama

Na figura acima o mecanismo gerencial e financeiro cumpre as decisões deliberadas pelo Comitê e tem independência para executar as ações necessárias em coordenação com os implementadores de projetos. Por ter como missão a implementação da Estratégia PCI, uma agenda pública, sua atuação requer o aval da unidade coordenadora no governo do estado, especialmente para receber recursos de cooperação bi e multilateral e de doações que visem a implementação da PCI. Este aval pode ser dado por meio de um acordo permanente ou caso a caso, conforme diferentes fontes de recursos se aproximem de Mato Grosso com o interesse de apoiar a Estratégia PCI.

Conforme descrito acima, no texto do relatório, este mecanismo gerencial e financeiro não teria a função de executar os projetos e programas, mas sim exerceria as funções de: articular atores, por meio de um sistema de governança participativo, com mecanismos de controle e transparência; produzir inteligência, definir estratégias e gerir conhecimento; captar e administrar recursos complementares para apoiar agendas estratégicas; definir, fomentar e acompanhar a implementação de programas via apoio a projetos estratégicos; e promover estratégias de comunicação e engajamento para ampliar o conhecimento sobre a Estratégia PCI por parte dos diversos atores no estado, em nível nacional e internacional.

Essas são as funções características do tipo de instituição chamada de *facility* ou facilitadora. A figura abaixo ilustra a atuação desta *facility* proposta para a PCI.

Figura 7 – Funções do mecanismo gerencial e financeiro da PCI



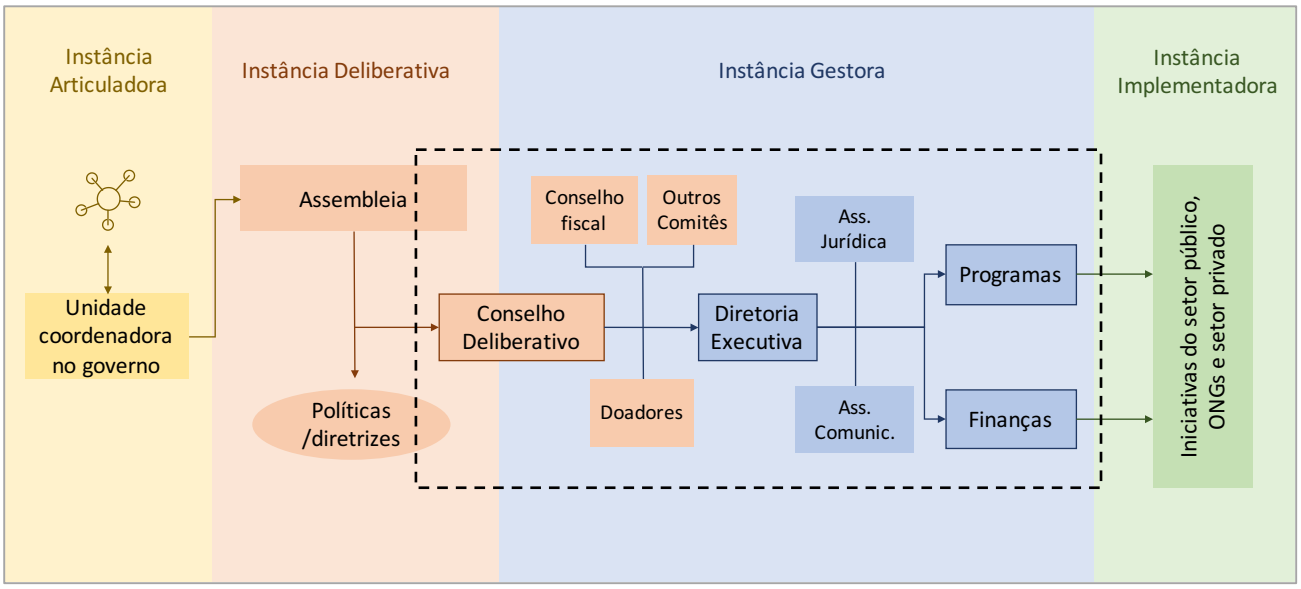
Fonte: Equipe Trama

Há uma série de vantagens na criação de um mecanismo financeiro e gerencial para a PCI. Entre outras, destacam-se:

> Continuidade no longo prazo, independente dos ciclos políticos
> Alavancagem de recursos (esquemas de cofinanciamento), mobilizando fontes de financiamento adicionais
> Governança participativa e representativa, onde nenhum setor prevalece
> Previsibilidade e otimização da alocação de recursos levando a maior efetividade
> Flexibilidade para as diferentes fontes de financiamento
> Diferentes modalidades para executar recursos
> Redução dos custos de operação devido a ganhos de escala
> Gestão adaptativa

Para exercer as funções descritas acima, o mecanismo gerencial e financeiro requer uma estrutura mínima deliberativa e executiva, que teriam que ser criadas por meio do registro de uma nova instituição e seu estatuto e regras de funcionamento. A PCI já é uma plataforma de articulação, mas o alcance desta articulação é limitado se não houver uma estrutura mínima que possa canalizar recursos adicionais. Este papel de mecanismo financeiro é o que daria à plataforma PCI um papel concreto de articulador relevante no cenário atual do estado. A Figura 8 abaixo destaca a estrutura mínima a ser criada.

Figura 8 – Esboço da estrutura mínima do mecanismo gerencial e financeiro



Fonte: Equipe Trama

A estrutura deliberativa desta nova instituição seria seu **Conselho Deliberativo**, que estaria ligado à estrutura de governança atual da PCI. O Conselho pode ser composto por representantes do CEEPCI ou eleitos por ele. Hoje existe informalmente o G7 cumprindo uma função parecida a esta, entretanto sem um mandato formal reconhecido. Este Conselho Deliberativo exerce as funções principais de: determinar a estratégia de atuação para o cumprimento da missão; aprovar os manuais e políticas institucionais; selecionar programas e projetos para receber apoio; definir a política de investimentos dos recursos administrados; contratar auditorias anuais independentes; aprovar os planos de trabalho bem como os relatórios de execução de recursos; contratar e demitir o Diretor Executivo. O Conselho Deliberativo pode ainda contar com a assessoria de **comitês especializados**, que permitem uma maior profundidade técnica em determinados assuntos e um maior envolvimento de atores no sistema de governança. Alguns comitês mais comumente usados por instituições deste tipo são: o comitê técnico, que revisa de maneira independente propostas de projetos apresentadas nas convocatórias realizadas e recomenda a aprovação das propostas consideradas tecnicamente mais consistentes; o comitê de gestão de ativos ou de investimentos, que reúne profissionais do setor financeiro para recomendar a alocação dos recursos em tipos diferentes de ativos. Além dos Comitês, este tipo de instituição costuma requerer um Conselho Fiscal, normalmente formado por até três membros não participantes do Conselho Deliberativo, que recomendam ao Conselho a aprovação dos orçamentos anuais e auditorias. Esta função é muitas vezes exercida por um Comitê financeiro, que pode ser o mesmo que cuida da política de investimentos. O funcionamento do Conselho e dos Comitês deve ser detalhado no estatuto e regimento interno, além de ser orientado por políticas institucionais, como por exemplo uma clara política para a gestão de conflitos de interesse. Estes instrumentos deverão ser desenvolvidos durante a etapa de criação da instituição.

Para reforçar a Diretoria Executiva, é recomendável que sejam criadas pelo menos duas posições fixas, uma para a coordenação programática e outra para a coordenação financeira. A **coordenação programática** deve ser exercida por um profissional de perfil técnico, conhecedor dos temas relevantes para a PCI. É esta coordenação que se responsabilizará pelo acompanhamento técnico dos projetos apoiados, bem como orientará o desenho dos programas. A **coordenação financeira**

exercerá a função de controladoria, executando as decisões sobre repasses de recursos a projetos, realizando o acompanhamento financeiro dos relatórios destes projetos e preparando relatórios financeiros para aportadores de recursos.

É desejável ainda que o mecanismo conte com uma **assessoria jurídica**, para orientar questões contratuais e de cumprimento das legislações, especialmente a tributária. Esta assessoria pode ser externa, sendo usada conforme o necessário, pelo menos no início da operação. Igualmente, a **assessoria de comunicação** é fundamental mas pode ser terceirizada no início. É esta assessoria que se responsabilizará pelas ações de posicionamento que apoiam a captação de recursos e pelas ações de relatoria que apoiam o engajamento e a construção da credibilidade da instituição.

Esta estrutura descrita é, conforme já dito, uma estrutura mínima, que pode ser ampliada ou ajustada conforme o mecanismo passe a operar e dependendo dos recursos que receberá, que virão sempre com requerimentos para o seu uso e podem demandar outras posições fixas ou externas.

Por fim, foi feita uma reflexão sobre a importância deste mecanismo ser criado como uma instituição de **natureza privada**, fora da estrutura do estado. As principais vantagens da instituição privada são:

- Não tem limitações de regras orçamentárias (pode formular e ajustar seu próprio orçamento), nem de contratação de pessoal (não é necessário concurso ou aprovações de cargos caso seja necessária ampliar a estrutura)
- A governança permite participação pública, com assentos para o governo no Conselho Deliberativo e em Comitês, com independência dos ciclos políticos, assegurando continuidade
- A execução de recursos é mais ágil (não precisa seguir a Lei 8666 para uso do recursos)
- Tem maior flexibilidade de atuação, podendo ajustar-se a oportunidades que surjam
- Tem possibilidade de adotar diferentes mecanismos de controle (inclusive podendo incorporar princípios da administração pública neste sentido)

No caso desta instituição estar dentro da estrutura do estado, há alguns obstáculos importantes, tais como: a necessidade de ser criada via algum instrumento de legislação (decreto ou lei), o que requer mais tempo e negociação; a obrigatoriedade de seguir as regras da administração pública para a execução de recursos (via Lei 8666), que costuma ser bastante mais lento e inviabiliza projetos de menor prazo; a dependência de uma estrutura e equipe limitadas; e o controle institucional fica mais sujeito a mudanças devido a ciclos políticos.

Em conclusão, este mecanismo financeiro deveria ter gestão privada, com missão de interesse público, já que seria criado para implementar a Estratégia PCI, uma política pública estadual de Mato Grosso, incorporando a participação do estado em seu sistema de governança. Os recursos que este mecanismo receberia, pelo menos em um primeiro momento, seriam recursos não reembolsáveis complementares aos investimentos públicos e privados já realizados no estado.

ANEXO 3 – INCIDÊNCIA DAS AÇÕES SISTÊMICAS PROPOSTAS SOBRE AS METAS DA PCI

O quadro abaixo demonstra como cada uma das 21 metas da Estratégia PCI é atendida pelas ações sistêmicas propostas neste plano.

Tema transversal	Ações Sistêmicas	PRODUZIR							CONSERVAR									INCLUIR				
		Pecuária Bovina		Agricultura		Floresta Nativa	Floresta Plantada		Desmatamento					Regularização Ambiental (Código Florestal)				Produção e Inclusão no Mercado				Reg. Fund.
		Recuperar 2,5 Mha de áreas de pastagem de baixa produtividade até 2030	Aumentar a produtividade de 50 para 95 kg-eq /ha/ano até 2030	Ampliar a área de grãos em áreas de pastagem degradada de 9,5 para 12,5 milhões de hectares até 2030	Aumentar a produção de grãos de 50 para 92 Mton até 2030	Ampliar a área sob manejo florestal sustentável de 2,8 para 6Mha até 2030	Ampliar a área de florestas plantadas em áreas já abertas de 317 mil para 800 mil ha até 2030	Aumentar a produção de madeira plantada de 4,9 Mm3 para 11,75 Mm3 até 2030	Manter 60% da cobertura de vegetação nativa do Estado de Mato Grosso	Reduzir em 90% o desmatamento na floresta tendo como referência a linha de base: 2001-2010 (PRODES) de 5.714 km², alcançando 571km²/ano até 2030	Reduzir em 95% o desmatamento no cerrado tendo como referência a linha de base de 3.016 km² (SEMA), alcançando 150 km²/ano até 2030	Eliminar o desmatamento ilegal até 2020	Compensar 1M ha de área passível de desmatamento legal	Cadastrar 90% dos imóveis rurais (CAR) até 2016	Validar 100% dos CAR até 2018	Recompor 1M ha (100%) de APP degradada até 2030	Regularizar 5,8M ha (100%) de Reserva Legal, sendo 1,9 M ha por recomposição, até 2030	Ampliar o atendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da agricultura familiar de 30% para 100% das famílias até 2030	Aumentar participação da agricultura familiar no mercado interno de 20% para 70% até 2030	Ampliar participação dos produtos de agricultura familiar nos mercados institucionais de 15% para 30% até 2030	Aumentar o acesso a crédito de R$411 milhões para R$1,3 bilhões/ano até 2030	Realizar a regularização fundiária de 70% dos lotes de agricultura familiar até 2030
1. Mecanismos de financiamento implementados	1.1 Operacionalização de mecanismo financeiro e gerencial para a PCI	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	1.2 Acesso facilitado a linhas de crédito específicas	■	■	■	■	■	■	■								■		■			■	
	1.3 Implementação de mecanismos de remuneração/ compensação pela oferta de ativos ambientais								■	■	■	■	■			■	■	■				
	1.4 Acesso facilitado a mecanismos de financiamento públicos e privados para produtores familiares e PCTs																	■	■	■	■	
2. Regularização ambiental praticada com restauração florestal realizada	2.1 Implementação do CAR em Mato Grosso					■			■	■	■	■	■	■	■	■	■					■
	2.2 Estruturação e consolidação de cadeias de restauração florestal						■	■	■					■	■	■	■	■	■		■	■
	2.3 Operacionalização de rede para restauro e compensação em Reserva Legal						■	■	■				■	■	■	■	■				■	■
	2.4 Disponibilização de informações sobre desmatamento, embargos e processos de regularização ambiental								■	■	■	■		■	■							
	2.5 Melhoria do processo de desembargo para assentamentos e propriedades privadas que cumpram exigências legais socioambientais	■	■	■	■	■	■	■													■	
3. Regularização fundiária alcançada	3.1 Fortalecimento da governança fundiária no estado	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		■	■			■	■	■	■	■
	3.2 Articulação de meios para o aprimoramento e parametrização do marco legal estadual	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		■	■			■	■	■	■	■
	3.3 Apoio à regularização fundiária das terras estaduais e dos assentamentos administrados pelo Intermat								■	■	■	■		■	■			■	■	■	■	■
	3.4 Apoio à regularização fundiária das glebas e assentamentos federais								■	■	■	■		■	■			■	■	■	■	■
4. Produção do estado valorizada nos mercados	4.1 Ampliação e consolidação dos mercados institucionais para agricultura familiar																	■	■	■	■	
	4.2 Desenvolvimento de agroindústrias e canais de comercialização da produção familiar																	■	■	■	■	
	4.3 Sistematização e difusão de informações sobre produção agrícola no estado	■	■	■	■	■	■	■											■	■		
	4.4 Realização do planejamento territorial e utilização para orientar o planejamento da produção	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		■	■	■	
	4.5 Estímulo e fortalecimento a cadeias de valor dos produtos da sociobiodiversidade					■			■	■	■							■	■	■	■	
	4.6 Implementação do Plano de Suprimento Sustentável (PSS)					■	■	■	■	■	■	■										
	4.7 Produção estadual qualificada para atender demandas de mercado	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■					
	4.8 Operacionalização de mecanismos de rastreabilidade e transparência para cadeias produtivas de commodities	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■					
5. Inovações tecnológicas estimuladas, difundidas e adotadas amplamente na produção	5.1 Apoio ao desenvolvimento e difusão de sistemas produtivos e soluções tecnológicas sustentáveis	■	■	■	■	■	■	■										■	■	■	■	
	5.2 Apoio a meios de difusão de conhecimento sobre práticas e tecnologias sustentáveis de produção	■	■	■	■	■	■	■										■	■	■	■	
	5.3 Revisão do atual modelo de funcionamento da ATER	■	■	■	■	■	■	■						■	■			■	■	■	■	
	5.4 Fortalecimento da qualidade dos serviços de ATER	■	■	■	■	■	■	■						■	■			■	■	■	■	
		13	13	13	13	16	16	16	15	13	13	12	7	14	14	9	8	16	16	15	18	8

ANEXO 4 – LEVANTAMENTO DE INICIATIVAS POR AÇÕES SISTÊMICAS PROPOSTAS

Este anexo lista, em relação a cada ação sistêmica, as iniciativas em andamento levantadas na fase de mapeamento. Estes cruzamentos buscam colocar o Plano de Implementação da PCI em conexão direta com a realidade atual do estado, para facilitar que as etapas sugeridas sejam realizadas de forma integrada com o que já está sendo implementado hoje pelos diferentes atores.

TEMA 1 - Mecanismos de financiamento

1.1 Criar um mecanismo gerencial e financeiro, com governança representativa, operação transparente, capaz de produzir inteligência, captar e gerenciar recursos e articular atores para implementar a Estratégia PCI.		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Estruturação da Estratégia Produzir, Conservar, Incluir	GAE	CLUA; IDH
1.2 Facilitar o acesso a linhas específicas de crédito do PRONAF, ABC e FCO.		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)	SEDEC	BB; Sicredi ; MT Fomento
1.3 Implementar mecanismos que garantam a remuneração/compensação pela oferta de ativos ambientais.		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Carbono Nascentes do Xingu	Associação Xingu Sustentável	Natura
Iniciativa Florestas, Fazendas e Finanças (SFI)	EII	
Estudo sobre Mecanismos financeiros para compensação de ativos ambientais	IPAM	Clua
Piloto REDD + em unidades de conservação no noroeste do estado	Permian Global	
Plataforma de Negócios em Bens e Serviços Ambientais e Ecossistêmicos de Mato Grosso	Instituto Ação Verde	Sicredi; FIEMT; Famato; Aprosoja; Sindenergia; Acrimat; Sindalcool; CIPEM
Projeto de Carbono Florestal Suruí	Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí	FUNBIO; Forest Trends
Projeto Olhos D'água da Amazônia		
Projeto Piloto REDD+ Cotriguaçu	ICV; TNC	Fund. Packard; Fundo Amazônia; Fundo Vale; TNC
Projeto Poço de Carbono Florestal Peugeot-ONF	ONF Brasil	ONF Internacional; Peugeot
Sistema de Avaliação de Desempenho do	GCF	Norad; Moore Foundation;

Governors' Climate & Forests Task Force		CLUA
1.4 Articular atores para facilitar o acesso dos produtores familiares e povos e comunidades tradicionais aos mecanismos de financiamento públicos e privados.		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Projeto Rural Sustentável	MAPA	DEFRA; BID
Desenvolve MT/Cultivar para Transformar	CEASA	MT Fomento
Desenvolve MT/Fazendo a Feira	SEDEC	MT Fomento, Fundeic
Desenvolve MT/Fomento Rural	SEDEC	BB; FUNDEIC
Programa Nacional de Crédito Fundiário	MDSA	Banco Terra; BB

TEMA 2 - Regularização ambiental e restauração florestal

2.1 Apoiar a implementação do CAR.		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Descentralização dos serviços ambientais	SEMA	Fundo Amazônia
Iniciativa de Observação, Verificação e aprendizagem do Cadastro Ambiental Rural e da Regularização Ambiental (INOVACAR)	CI	CLUA
Iniciativa para o Uso da Terra (INPUT)	Agroicone; Climate Policy Iniciative	CIFF
Plataforma online com indicadores de impacto de políticas públicas de prevenção e controle do desmatamento (INDICAR)	IPAM	Moore Foundation; CLUA
Programa Gestão de Áreas Degradadas	SEMA	
Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais na Amazônia e em Áreas de Transição para o Cerrado	SEMA	
Projeto Lucas do Rio Verde Legal	Prefeitura de Lucas Rio Verde; TNC	Sadia; Fiagril; Syngenta; Solidaridad; IDH
Projeto Soja Mais Verde	TNC; Prefeitura de Sorriso	TNC; Aprosoja
Treinamento em regularização ambiental do imóvel rural	FAMATO; SENAR	
Projeto Piloto do Programa de Regularização Ambiental	TNC; SEMA; Prefeitura de Lucas do Rio Verde	

2.2 Apoiar o desembargo de assentamentos e propriedades privadas.		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Iniciativa de Observação, Verificação e aprendizagem do Cadastro Ambiental Rural e da Regularização Ambiental	CI	CLUA
2.3 Apoiar a estruturação e consolidação de cadeias de restauro.		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Zoneamento de Oportunidades de Regeneração Natural no Mato Grosso	WRI-Agroicone	CIFF
Campanha "Plant a Billion Trees"	TNC	
Projeto adequação ambiental da propriedade rural: controle do desmatamento e conservação da biodiversidade da Amazônia Legal	TNC	Fundo Amazônia; Amaggi; Syngenta; Solidaridad;IDH; Fiagril; Abiove
Projeto Sementes do Portal	Instituto Ouro Verde	Fundo Amazônia
Rede de sementes do Xingu	Associação Rede de Sementes do Xingu; ISA	Fundo Amazônia; BNDES; Fundo Vale; FUNBIO; EDF; Natura; Instituto Bacuro; Moore; Atina
Plano Estratégico de Restauração Florestal (PERF)	TNC	Amaggi
2.4 Definir uma estratégia de rede para o restauro e compensação em reserva legal		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Programa de Territórios	Aliança da Terra; Amaggi	
Campos do Araguaia	TNC	IDH; Roncador
Rede de sementes do Xingu	Associação Rede de Sementes do Xingu; ISA	Fundo Amazônia; BNDES; Fundo Vale; FUNBIO; EDF; Natura; Instituto Bacuro; Moore; Atina
2.5 Promover a transparência das informações sobre desmatamento, embargos e processos de regularização ambiental.		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento - Mato Grosso	SEMA	MMA; Fundo Amazônia; Tesouro estadual

TEMA 3 - Regularização fundiária

3.1 Apoiar a regularização fundiária das glebas e assentamentos federais		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Projeto Terra a Limpo	Programa Municípios Sustentáveis	Fundo Amazônia
Acompanhamento das políticas socioambientais	OPAN	CLUA
Fortalecimento de representações indígenas		
3.2 Apoiar a regularização fundiária das terras estaduais e dos assentamentos administrados pelo Intermat		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Programa Terra Legal e Governança Fundiária	INCRA	GIZ
Sistema de Gestão Fundiária	INCRA	
3.3 Promover o fortalecimento da governança fundiária no estado		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Programa Terra Legal e Governança Fundiária	INCRA	GIZ
Projeto Desenvolvimento sustentável de assentados	Aliança da Terra	Texas Christian University
Projeto RADIS	UnB	INCRA
3.4 Articular meios para o aprimoramento e parametrização do marco legal que rege a questão fundiária no estado		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
X	X	X

TEMA 4 - Mercados regionais e internacionais

4.1 Apoiar a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) estadual e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Apoio junto aos grupos de produtores	FASE, ADERJUR, ICV, PACTO DAS AGUAS	
Oficinas de divulgação dos programas PAA e PNAE	SEAF, SEDUC, CONAB	
Central de Distribuição da Agricultura Familiar de Várzea Grande	COOPERCENTRAL	

4.2 Fomentar o desenvolvimento de agroindústrias e o estabelecimento de canais de comercialização da produção familiar		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Desenvolve MT/Cultivar para Transformar)	CEASA	MT Fomento
Desenvolve MT/Fazendo a Feira	SEDEC	MT Fomento
Programa de Modernização do Mercado Hortifrutigranjeiro (PROHORT)	CEASA	
Programa de Reestruturação e Implantação de Agroindústria (Pro Agroindústria)	SEAF	
Programa de Revitalização da Cafeicultura no Estado de Mato Grosso (PRO CAFÉ)	SEAF	Banco do Brasil
Programa Mato-grossense de desenvolvimento da cadeia produtiva do leite (PRO LEITE)	SEAF	
Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)	MDSA; MME	
Projeto Semeando Amazônia Sustentável	Centro de Tecnologia Alternativa de Mato Grosso	Fundo Amazônia
Siscos (Sistema de comercialização local)	IOV	
4.3 Promover a sistematização e difusão de informações sobre produção agrícola no estado		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
X	x	x
4.4 Promover o planejamento territorial para orientar o desenvolvimento da produção		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Iniciativas Caminhos Sustentáveis	TNC	Bunge
Territorial Performance System	EII; IPAM	
Caminhos para a produção de soja sustentável	Agroicone	CIFF
Implantação de um novo sistema de gestão territorial e monitoramento da cadeia de fornecedores de grãos	Amaggi	
4.5 Estimular e fortalecer cadeias de valor dos produtos da sociobiodiversidade		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Pacto das Águas	Pacto das Águas	Petrobrás
Plataforma Experimental para a Gestão dos Territórios Rurais da Amazônia Legal (PETRA)	ONF	FFEM; Peugeot; ONFI
Política Nacional de Desenvolvimento	MMA	

Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)		
Projeto Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu	ISA	Fundo Amazônia
Projeto Sentinelas da Floresta	COOPAVAM	Fundo Amazônia
Junto a Associação Regional dos Produtores Extrativistas de Poconé entre outros	FASE	
4.6 Apoiar a implementação do Plano de Suprimento Sustentável para estimular a produção de madeira e inibir o desmatamento ilegal.		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Plano de Suprimento Sustentável	SEMA	
4.7 Estimular a qualificação da produção do estado por meio do atendimento das condições da demanda de mercado.		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Mapa de iniciativas da Pecuária Sustentável		
Collaboration for Forest and Agriculture	WWF; TNC	Moore Foundation
Mato Grosso e a Industria Florestal do Futuro	CIPEM	
Programa de Qualidade Nelore Natural	CNA	Marfrig
Projeto GRES – Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade	Ethos; Amaggi	
Projeto Na Medida	ACRIMAT	
Selo Origens do Brasil	IMAFLORA	Fundo Vale; Fundo Amazônia; Moore; Rainforest Foundation Norway
4.8 Criar e implementar mecanismos de rastreabilidade e transparência para cadeias produtivas de commodities como forma de promover a confiabilidade do mercado internacional para os investimentos no estado.		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Better Cotton Initiative	ABRAPA	
Bezerro IMAC	IMAC	
Grupo de Trabalho Fornecedores Indiretos na Pecuária Sustentável	Amigos da Terra; National Wildlife Federation	Moore Foundation
Guia de indicadores para a Pecuária Sustentável	GTPS	
Marfrig Club	MARFRIG	
Monitoramento Socioambiental do Bioma	MARFRIG	

Amazônia		
Moratória da Soja	ABIOVE; ANEC	
Plataforma de Pecuária Sustentável	Carrefour	
Plataforma Produzir Certo	Aliança da Terra	Bayer; Santander; Unilever; Yara
Programa Algodão Brasileiro Responsável	ABRAPA	Instituto Brasileiro de Algodão
Programa Soja Plus	Aprosoja	Aprosoja, IDH; Solidaridad; Banco do Brasil
Selo IMAC	IMAC	
Selo Rain Forest Alliance	IMAFLORA	
Sistema Nacional de Controle da Origem de Produtos Florestais (SINAFLOR)	SEMA	

TEMA 5 – Produção e difusão de tecnologias e boas práticas

5.1. Apoiar a revisão do atual modelo de funcionamento da ATER		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Estudo sobre Modelo de ATER público-privada	IPAM	NORAD
5.2. Apoiar o fortalecimento da qualidade dos serviços de ATER		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Formação de técnicos em agropecuária voltados para a agricultura familiar	FETAGRI	SENAR
Formação Profissional em iLPF	SENAR	
Núcleo de Agroecologia da Baixada Cuiabana	EMPAER	CNPq; MDSA
Portfólio de Sistemas Produtivos Sustentáveis	IPAM	
Programa Ater Mais Gestão	Cooperativa Plural	MDSA
Programa Negócio Certo Rural	SENAR	
Programa Novo Campo Nati – Nucleo de Assistência Técnica Integrada	ICV	
5.3. Apoiar meios de difusão de conhecimento sobre práticas e tecnologias sustentáveis de produção		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	
ACRIMAT em Ação	ACRIMAT	
Agrihub	IMEA	
Fazenda Conceito - novas tecnologias de intensificação da produção animal	NOVANIS	

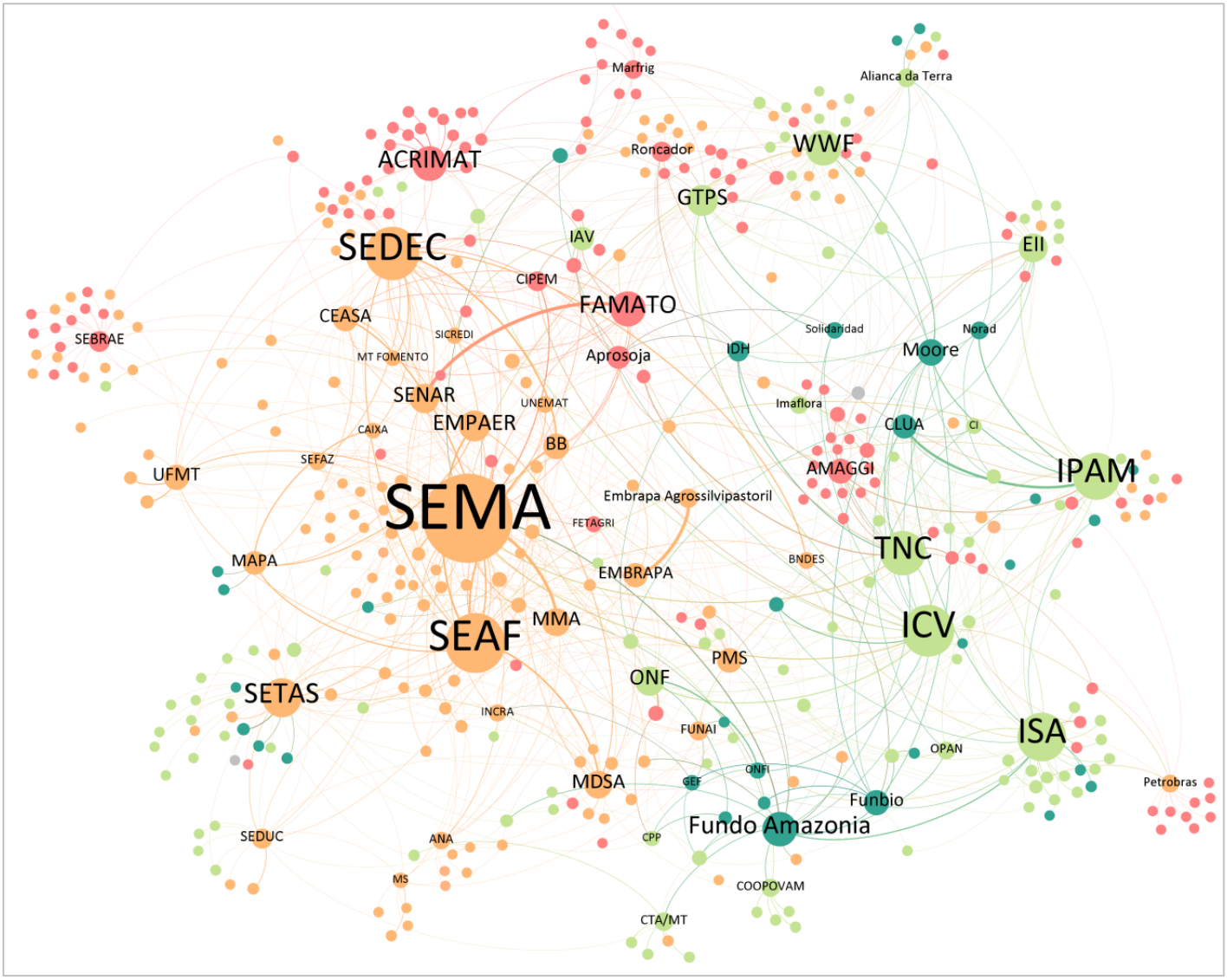
Fórum das Cadeias Produtivas	SEDEC	Sindicato Rural de Cuiabá, Senar, Famato e Aprosoja
Liga do Desenvolvimento Regional do Araguaia	Grupo Roncador	
Manual de Práticas para Pecuária Sustentável	GTPS	
Piloto de Pecuária Sustentável no Vale do Araguaia	Grupo Roncador	
Práticas sustentáveis de produção	Clube Amigos da Terra de Sorriso	IDH; Solidaridad
Programa Novo Campo	ICV	Althelia; Solidaridad; Fundo Vale, Gordon e Betty Moore, GTPS e Norad
Projeto Campos do Araguaia	TNC	IDH; Roncador
Projeto Canivete – Nutripura	Nutripura	
Rede de Capacitação da Amazônia	ICV	Fundo Vale
Sistema Balde Cheio	SEBRAE	
Piloto Integração Lavoura-Pecuária	Amaggi; Fazenda Itamarati	
5.3. Apoiar o desenvolvimento e a difusão de sistemas produtivos e soluções tecnológicas sustentáveis		
Nome da iniciativa	Instituição responsável	Instituição financiadora
Avaliação de cultivares e manejo da adubação de capim elefante para produção de biomassa	EMBRAPA	
Avaliação silvicultural e nutricional de povoamentos adultos de pau-de-balsa (Ochroma pyramidale) em Guarantã do Norte-MT	EMBRAPA	
Emissão de gases de efeito estufa e dinâmica de carbono na região de transição Cerrado/Amazônia e nos biomas Pantanal e Amazônia	EMBRAPA	
Estabelecimento e avaliação de sistemas de ILPF no estado do MT	EMBRAPA	
Sustentabilidade de sistemas de produção de leite baseados em integração lavoura pecuária floresta em biomas de cerrado e transição	EMBRAPA	

ANEXO 5 – MAPAS DE ATORES

O alcance das metas da PCI depende de um esforço integrado entre Estado e sociedade. Uma série de iniciativas já em curso e implementadas por organizações públicas, privadas e da sociedade civil tem contribuído para este objetivo, porém de maneira nem sempre articulada. O mapeamento de atores envolvidos em tais iniciativas revela um universo institucional abrangente e disperso, onde o papel de articulação da PCI teria o potencial de potencializar sinergias existentes.

A Figura 9 apresenta uma visão aproximada das relações institucionais entre atores que participam mais ativamente da implementação, da co-implementação ou do financiamento de ações que convergem para as metas da PCI, segundo o tamanho das esferas que os representam no gráfico da rede. Os atores estão divididos por tipo de instituição (os em laranja são do setor público, em vermelho são do setor privado, em verde claro são da sociedade civil organizada e em verde escuro são os financiadores, instituições que atuam no estado somente realizando doações). A partir deste levantamento de atores e de suas interações é possível identificar instituições que poderiam participar tanto da governança quanto da implementação de iniciativas apoiadas pela PCI. O levantamento também fornece uma imagem das necessidades em termos de maior articulação. Este exercício foi realizado para cada um dos temas-chave do plano de ação e será sintetizado a seguir.

Figura 9 – Ecossistema institucional da PCI, por esfera de atuação



Fonte: Equipe Trama

Tema 1 - Mecanismos de financiamento

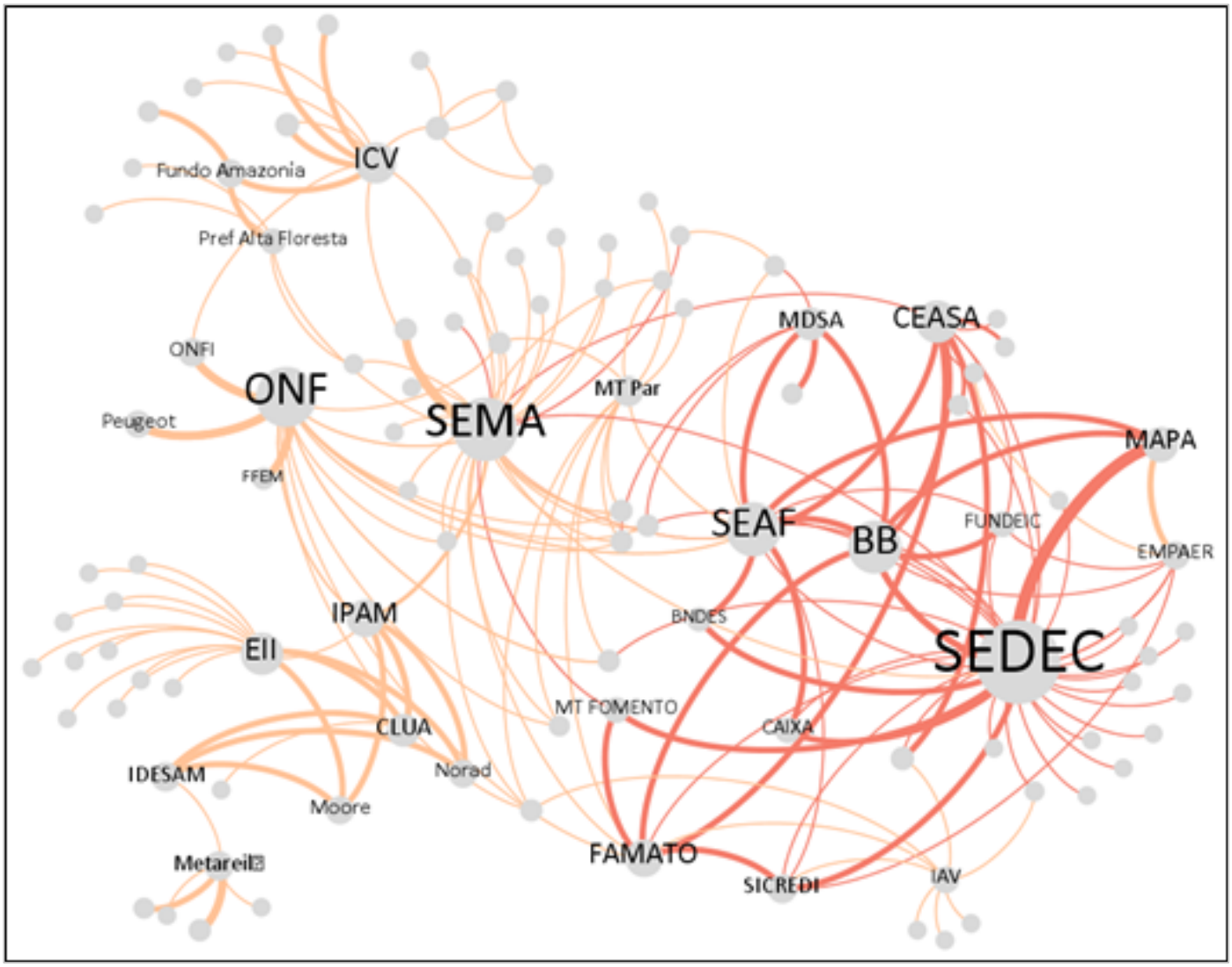
No que se refere aos mecanismos de financiamento, podemos observar duas agendas principais na Figura 10: i) crédito (laranja escuro) e ii) pagamentos por serviços ambientais (laranja claro).

O primeiro grupo mostra-se mais articulado, reunindo ministérios e secretarias de estado que participam da definição de diretrizes para a concessão do crédito (MDSA, MAPA, SEDEC, SEAF) e agentes de financiamento público (BB, Caixa, MT Fomento, Caixa). A influência da PCI neste campo limita-se a aspectos de capacitação de agentes financeiros e de projetistas e a recomendações para possíveis alterações das condições de concessão.

No segundo grupo, a agenda é liderada por organizações da sociedade civil, que têm realizado uma série de estudos de viabilidade, e por secretarias municipais como as de Alta Floresta, que desenvolvem iniciativas piloto com apoio do Fundo Amazônia. Atores privados como o IAV também participam da consolidação desta agenda que é considerada central na estratégia da PCI, pois cria mecanismos de incentivo à redução do desmatamento e à restauração a partir de uma "agenda

positiva". No entanto, as iniciativas e os atores encontram-se pouco articulados do ponto de vista institucional, sendo impulsionada por diferentes núcleos e liderados por organizações como IPAM, EII, ONF, ICV e SEMA. A estrutura de governança da PCI e de implementação de atividades poderia articular estes atores, como tem sido proposto no Grupo de Trabalho do projeto REDD+ para Pioneiros (financiado pelo KfW).

Figura 10 – Rede de atores em mecanismos de financiamento



Fonte: Equipe Trama

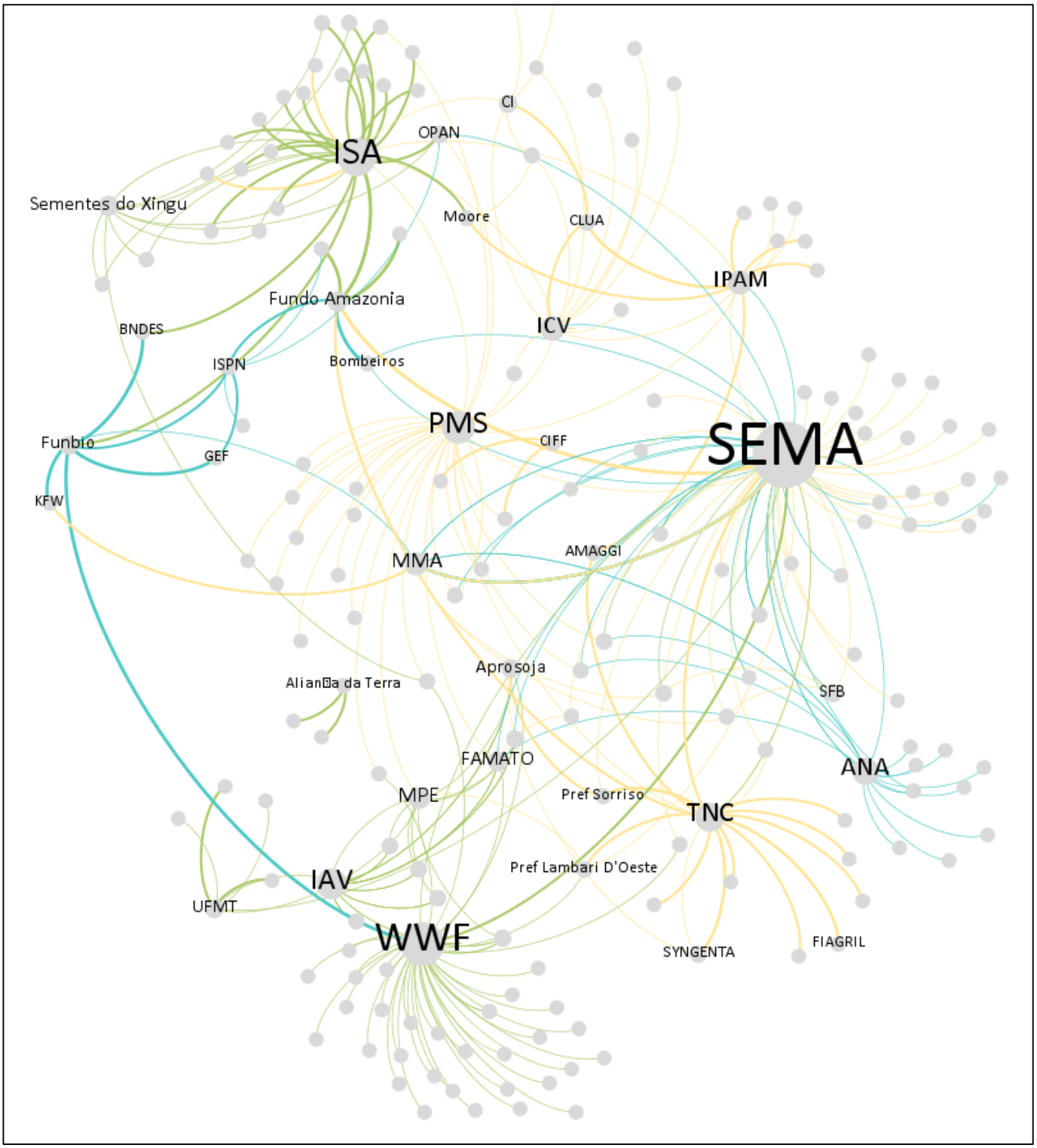
Tema 2 - Regularização ambiental e restauração

Os arranjos institucionais relacionados ao Tema 2 estão representados na Figura 11 abaixo. Além das iniciativas de regularização ambiental (amarelo) e restauração (verde claro), a figura apresenta algumas iniciativas relacionadas a conservação ambiental, como consolidação de áreas protegidas e proteção de nascentes (verde água).

A SEMA centraliza estas agendas em Mato Grosso, a partir de uma estreita interação com organizações da sociedade civil como IPAM, ICV e TNC. Além disso, uma série de empresas privadas e entidades de classe têm contribuído para o fortalecimento das agendas de regularização ambiental e restauração, como Famato, Aprosoja e Amaggi. Vale, no entanto, notar que no que se refere aos esforços de restauração, instituições como o ISA e o WWF mostram-se bastante relevantes, atuando como atores intermediários que conectam instituições anteriormente não integradas ao restante da rede.

A integração destas instituições à governança e à implementação das iniciativas apoiadas pela PCI tem o potencial de fortalecer a agenda dentro da estratégia. Além disso, o Programa Municípios Sustentáveis (PMS, representado aqui por sua secretaria executiva) mostra-se um importante catalisador do ponto de vista de articulação institucional, porém sua capacidade de implementação é muito baixa e a PCI poderia se beneficiar desde arranjo e ao mesmo tempo fortalecê-lo ao apoiar a consolidação do Programa.

Figura 11 – Rede de atores em iniciativas de regularização ambiental, restauração e conservação



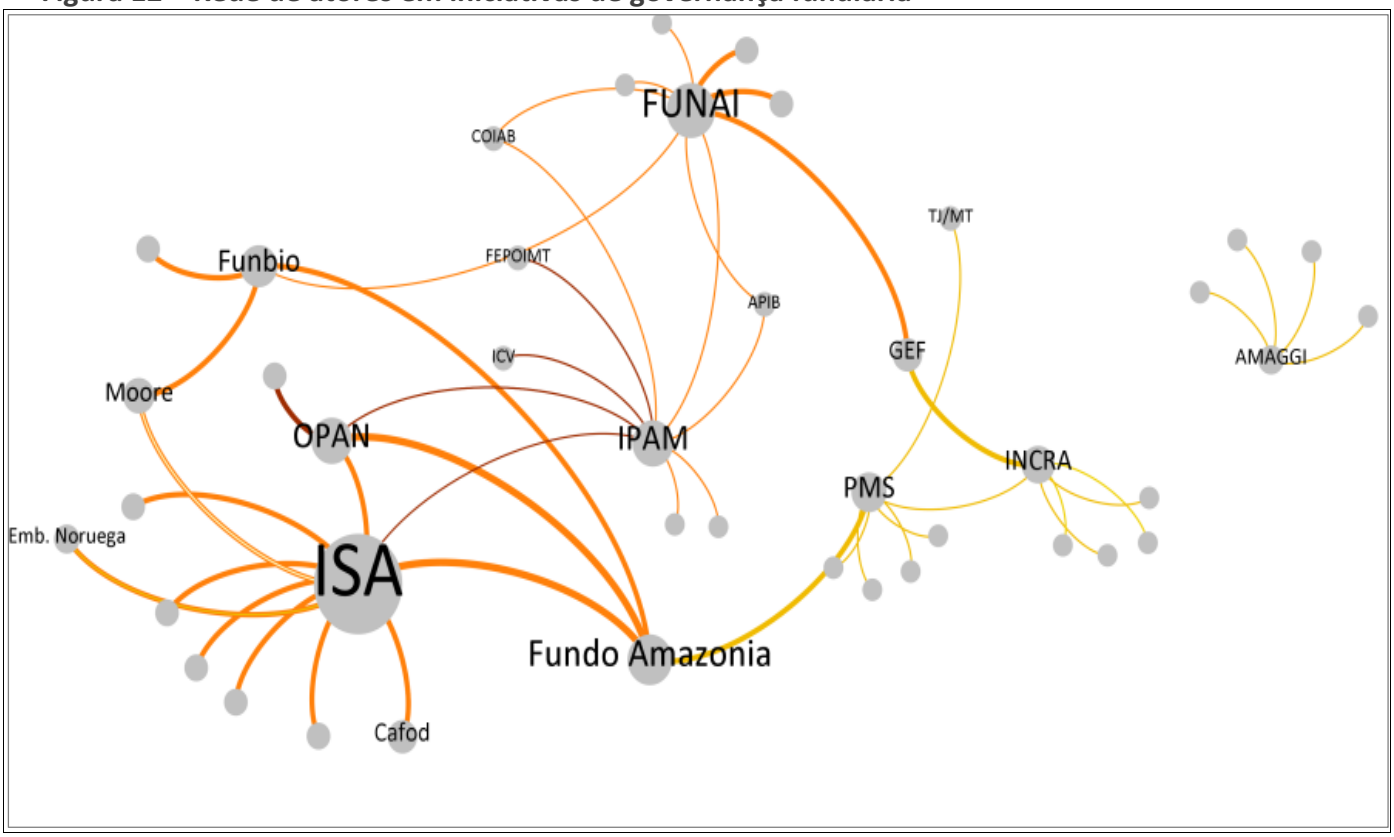
Fonte: Equipe Trama

Tema 3 - Regularização fundiária

Apesar de regularização fundiária representar um grande desafio para o desenvolvimento rural de Mato Grosso, foram repertoriadas poucas iniciativas de apoio a esta agenda. A Figura 12 ilustra não apenas instituições implicadas em iniciativas de fortalecimento da governança fundiária do estado de uma forma geral (amarelo) e em particular em Terras Indígenas (laranja), como ações de fortalecimento das organizações sociais (vinho). Grande parte desta agenda depende principalmente de regulamentações e de ações do Estado, no entanto ações de articulação e fortalecimento de instituições públicas podem contribuir para desbloquear um dos principais gargalos da gestão territorial e grande vetor do desmatamento.

Vale notar que parte destas ações ainda não está sendo implementada, como o projeto Terra a Limpo, liderado pelo PMS. Além disso, ainda que a agenda indígena esteja pouco explícita nas metas da PCI, os membros do comitê bem como as organizações indígenas vêm assinalando interesse em fortalecê-la dentro da estratégia. O ISA aparece como uma das instituições centrais na agenda de governança socioambiental e fundiária das Terras Indígenas e a OPAN e a própria FEPOIMT como instituições atuantes no fortalecimento das organizações sociais.

Figura 12 – Rede de atores em iniciativas de governança fundiária



Fonte: Equipe Trama

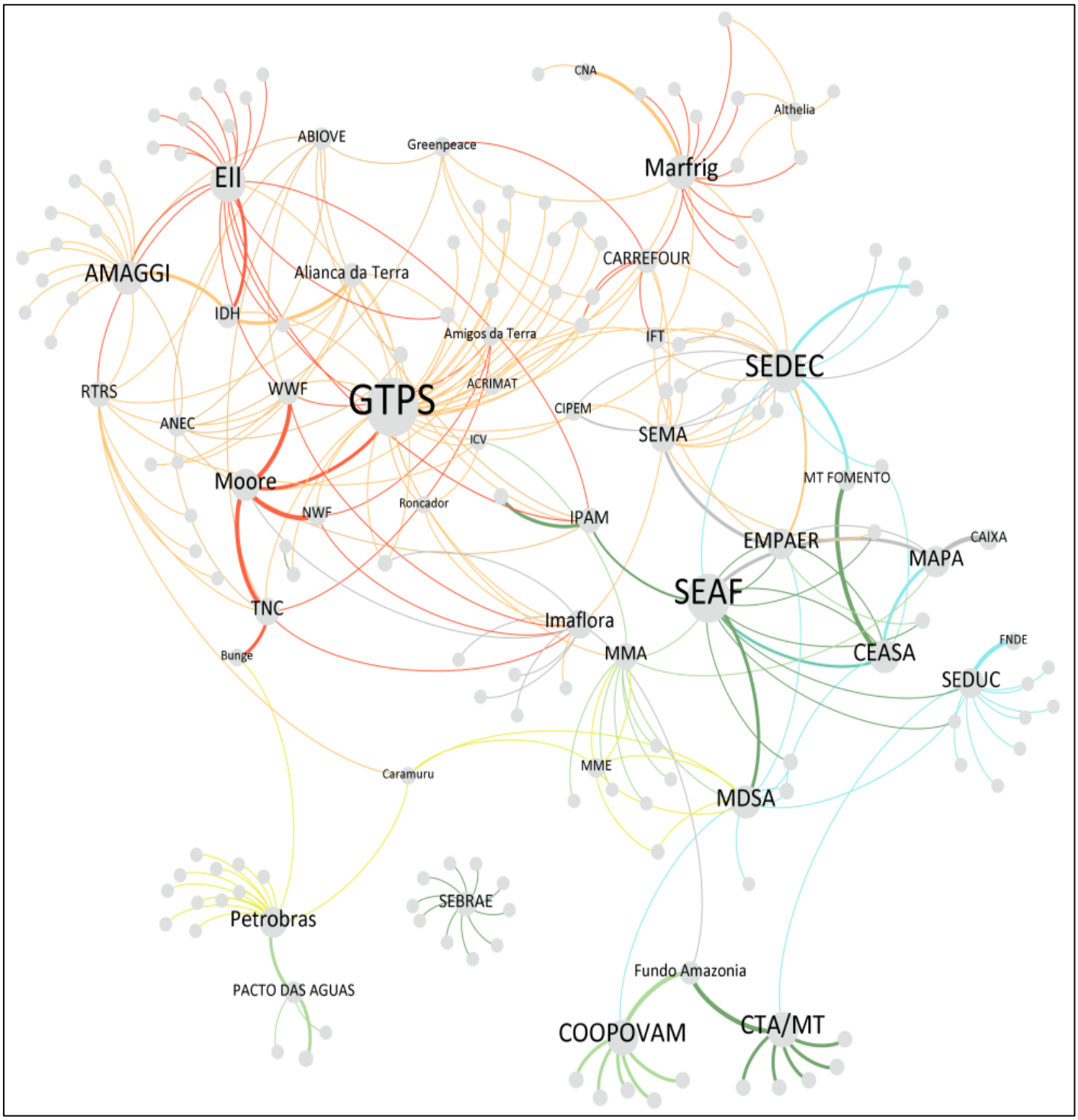
Tema 4 - Mercados regionais e internacionais

Este tema reúne iniciativas diversas como as de apoio à comercialização local e regional, agregação de valor e abertura de mercados internacionais. Ele inclui tanto commodities como produtos florestais não madeireiros e cadeias produtivas de base regional como as de leite e de produtos hortifrutigranjeiros.

Do ponto de vista das interações institucionais, podem ser observados na Figura 13 abaixo um grupo maior e bastante articulado (à direita) que inclui basicamente atores privados e da sociedade civil (GTPS, AMAGGI, EII, Marfrig, TNC, WWF, etc.). Este grupo interage principalmente a partir de duas agendas: i) ações de rastreabilidade e transparência das cadeias de commodities (laranja escuro), e ii) ações de comunicação e abertura de mercados internacionais (laranja claro). As demais agendas, voltadas para a comercialização de biodiesel (amarelo), produtos extrativista (verde claro), a estruturação das cadeias da agricultura familiar (verde escuro), e os mercados institucionais (azul), encontram-se muito menos integradas.

A Figura 13 mostra núcleos dispersos e poucas interações entre os atores, o que resulta muitas vezes em déficits de implementação. Um dos exemplos mais visíveis é o dos mercados institucionais, em que o esforço de articulação entre secretarias poderia contribuir para melhor implementação das iniciativas. Este constitui, portanto, um campo de atuação potencial para a PCI.

Figura 13 – Rede de atores em iniciativas de apoio aos mercados

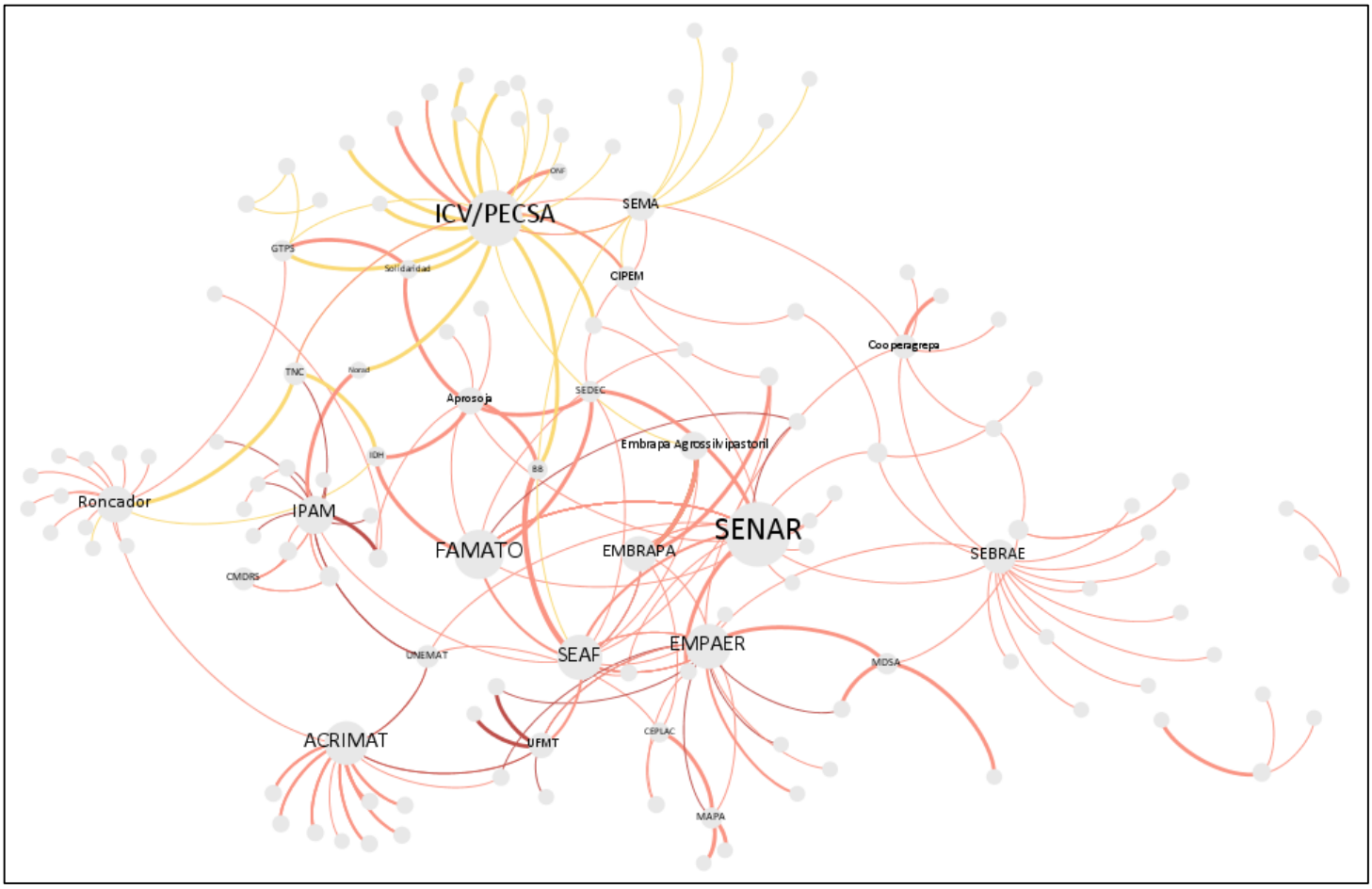


Fonte: Equipe Trama

Tema 5 - Produção e difusão de tecnologias e boas práticas

No último tema, a agenda de capacitação, assistência técnica e extensão rural (ATER) é predominante (laranja), sendo executada por atores públicos e privados, como Empaer, SENAR, Famato e Acrimat. Dados os recursos insuficientes da ATER pública, será importante buscar novos modelos público-privados ou outros formatos de prestação de serviços técnicos ao agricultor. O SEBRAE também tem atuado neste campo, porém suas ações parecem pouco articuladas às demais em andamento. A Embrapa, além de atuar em ações de capacitação, representa uma instituição relevante de produção de ciência e tecnologia no estado, juntamente com a UFMT (vinho). Na área de pesquisa aplicada, o IPAM também aparece como ator relevante. Por fim, uma série de instituições vem atuando na difusão de práticas produtivas mais sustentáveis seja na intensificação da pecuária seja em sistemas agrícolas diferenciados. Um exemplo é a Pecuária Sustentável da Amazônia (PECSA), que tem mostrado resultados importantes na intensificação da pecuária em Alta Floresta. No entanto sua atuação se mantem localizada.

Figura 14 – Rede de atores em iniciativas de produção e difusão de tecnologias e boas práticas



Fonte: Equipe Trama

ANEXO 6 – PROPOSTAS ADICIONAIS NÃO PRIORIZADAS PELOS GRUPOS

TEMA 1 – Mecanismos de financiamento

1. Avaliar o potencial de integração do MT Floresta com a estratégia PCI
2. Apoiar a integração entre linhas de crédito de custeio e investimento.
   - Promover análises sobre a criação de pacote de crédito com taxas de juros e prazos atrativos que combine financiamento da produção e da restauração, promovendo uma visão integrada da propriedade e da cadeia de restauro.
3. Identificar fontes de financiamento que sustentem a fiscalização ambiental e possam investir em licenciamento ambiental

TEMA 2 – Regularização ambiental e restauração

1. Apoiar o desenvolvimento de novas tecnologias para detectar e combater o desmatamento ilegal.
   - Aprimorar e implementar a notificação remota de desmatamento ilegal;
   - Estabelecer sistema de monitoramento do desmatamento ilegal, definindo frequência e metodologia.
2. Apoiar a descentralização para os municípios da gestão ambiental, em particular o licenciamento de atividades de baixo impacto, com regulamentação/definição clara de procedimentos para empreendimentos de Agricultura Familiar.
3. Criar programa de reflorestamento mediante plantio de árvores frutíferas para agricultura familiar.
4. Disponibilizar recursos para elaboração dos planos setoriais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

TEMA 3 – Regularização fundiária

Todas as propostas citadas na oficina de planejamento foram consideradas na matriz de implementação como ações sistêmicas ou etapas.

TEMA 4 – Mercados regionais e internacionais

1. Revisar o sistema municipal e estadual de inspeção sanitária para adequar à produção da agricultura familiar e outros.
2. Apoiar a desburocratização, modernização e automatização do sistema estadual e municipal de vigilância e defesa sanitária de maneira integrada ao sistema federal.
3. Fomentar o setor industrial de base florestal certificada para agregação de valor dos produtos madeireiros para consumo no MT e para exportação, estimulando a utilização de novas tecnologias para beneficiamento de madeira (Wood Frame e madeira laminada colada) na indústria e nos editais de obras públicas.
4. Verificar potencial da produção e industrialização das florestas nativas plantadas para pequenos produtores
5. Apoiar a integração de canais de atendimento, inclusive digitais, para prestação de serviços públicos ao empreendedor/ produtor, articulando com iniciativas já existentes, como a Casa da Agricultura Familiar.

TEMA 5 – Difusão de tecnologias e boas práticas

1. Articular atores para influenciar o debate das políticas públicas de ATER e P&D de forma a torná-las mais adequadas aos diferentes públicos, estimulando a independência dos serviços prestados.
2. Fomentar a implantação de escolas técnicas agrícolas fundamentadas na pedagogia da alternância.
3. Fortalecer o sistema estadual de ensino e pesquisa voltado para agroindústria.
4. Apoiar a transferência de tecnologia para autossuficiência energética dentro da propriedade rural com uso de biodigestores, micro usinas de biodiesel, energia solar.